

O Business 20 (B20) como mais um fórum político para a classe capitalista transnacional 2

Business 20 (B20) as another political forum for the transnational capitalist class

Business 20 (B20) como otro foro político para la clase capitalista transnacional

Pedro Henrique Schneider Parreiras

Como a dependência de semicondutores taiwaneses pode evitar um conflito armado entre China e Estados Unidos 11

How the dependence on Taiwanese semiconductors might prevent an armed conflict between China and the United States

Cómo la dependencia de los semiconductores taiwaneses puede prevenir un conflicto armado entre China y Estados Unidos

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez

O FUTURO DO TRABALHO ASSALARIADO SEGUNDO A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA PERSPECTIVA DA NOVA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA. 24

THE FUTURE OF WAGE LABOR ACCORDING TO THE GENERAL LAW OF CAPITALIST ACCUMULATION IN THE PERSPECTIVE OF THE NEW TECHNOLOGICAL REVOLUTION

EL FUTURO DEL TRABAJO ASALARIADO SEGÚN LA LEY GENERAL DE ACUMULACIÓN CAPITALISTA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA NUEVA REVOLUCIÓN TECNOLÓGICA.

Noêmia Lazzareschi, Marcelo Augusto Vieira Graglia

Adis Abeba como modelo de reflexão sobre a Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento de uma Cidade Global na África Oriental 39

Addis Abeba como modelo de reflexión sobre la cooperación Sur-Sur y el desarrollo de una Ciudad Global en África Oriental

Addis Ababa as a model for reflection on South-South Cooperation and the development of a Global City in East Africa

João Pedro Silveira Martins

Review: The architects of international relations: building a discipline, designing the world, 1914–1940/ Jan Stöckmann (2022)..... 51

Reseña: Los arquitectos de las relaciones internacionales: construyendo una disciplina, diseñando el mundo, 1914–1940/ Jan Stöckmann (2022)

Resenha: Os arquitetos das relações internacionais: construindo uma disciplina, projetando o mundo, 1914–1940/ Jan Stöckmann (2022)

Horácio de Sousa Ramalho



O Business 20 (B20) como mais um fórum político para a classe capitalista transnacional

Business 20 (B20) as another political forum for the transnational capitalist class

Business 20 (B20) como otro foro político para la clase capitalista transnacional

Pedro Henrique Schneider Parreiras¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2023v20n1p2-10

Recebido em: 19 de março de 2021
Aprovado em: 13 de setembro de 2023

Resumo

O presente estudo objetiva discutir se o Business 20 (B20), um fórum derivado do G20, vem se consolidando na última década como mais um fórum para elite corporativa global. Para tal é mobilizada a análise de redes sociais para construir uma rede de relações entre os principais fóruns políticos globais.

Palavras chaves: B20, fóruns políticos globais, classe capitalista transnacional.

Abstract

This study aims to discuss whether Business 20 (B20), a forum derived from the G20, has consolidated itself in the last decade as another forum for the global corporate elite. To this end, the analysis of social networks is mobilized to build a network of relationships between the main global political forums.

Keywords: B20, global policy groups, transnational capitalist class.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo discutir si Business 20 (B20), un foro derivado del G20, se ha consolidado en la última década como un foro más para la élite empresarial global. Para ello, se moviliza el análisis de las redes sociales para construir una red de relaciones entre los principales foros políticos globales.

Palabras clave: B20, foros políticos globales, clase capitalista transnacional.

¹ Professor substituto do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Doutor em Sociologia pela UFMG, mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas. E-mail: phs.parreiras@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas se intensificou o debate acerca da emergência de uma classe capitalista em âmbito internacional, um processo que ganha novos contornos com a globalização neoliberal. Para alguns autores (Robinson; Harris, 2000; Robinson, 2005; 2010; Harris, 2003) a globalização seria uma nova fase no capitalismo, marcada pela emergência de uma classe capitalista transnacional (CCT) e pelo processo de transnacionalização do Estado (ETN). Nesta perspectiva o aparato do Estado transnacional vem sendo mobilizado pela CCT para a intensificação dos processos globalizantes. Dentre as várias instituições e organizações que compõem o ETN, destacamos os fóruns políticos globais, espécies de *hubs* para a elite corporativa global que ajudam na formulação de consenso em torno de variantes do discurso neoliberal, no tocante que reúnem várias vezes ao longo de um ano, diretores corporativos e interesses capitalistas oriundos de várias partes do mundo. (Carroll; Carson, 2003). Exemplos de fóruns notórios são: Fórum Econômico Mundial, Bilderberg e a Comissão Trilateral.

Para lidar com a crise de 2008, o G20 – deixado de lado desde o final da crise asiática – reformulou-se em cúpula de líderes. Parte desta reformulação foi a intensificação do diálogo com o setor privado – grandes instituições financeiras, corporações transnacionais e pequenas e médias empresas das principais economias emergentes. Este movimento dá origem ao B20 (*Business 20*), um fórum que vem se institucionalizando desde 2010 para garantir que os interesses do setor privado sejam pautados pelo G20. Reunindo milhares de diretores anualmente em diversas atividades em temáticas que variam da regulamentação do setor financeiro ao emprego, o B20 tem conseguido levar suas demandas aos principais lí-

deres mundiais com sucesso. (Ramos; Parreiras, 2019). Diante da importância dos fóruns políticos privados e da crescente institucionalização do B20, a seguinte pergunta mostra-se relevante: o B20 pode ser considerado como mais um fórum político global da elite corporativa transnacional? Para tentarmos responder a tal questão nos valem da análise da rede relacional obtida através do compartilhamento de diretores/participantes entre o B20 e outros fóruns já consolidados na literatura nos anos de 2010 e 2017.

O trabalho está organizado da seguinte forma: primeiro estabelecemos o referencial teórico. Na sequência apresentamos as principais características do B20. Em seguida partimos para análise da rede relacional dos fóruns, apresentando os dados obtidos. Por fim faremos nossas considerações finais.

Classe capitalista transnacional (CCT), estado transnacional (ETN) e os fóruns políticos globais

Com a intensificação dos processos aglutinados sob a alcunha de “globalização” a partir da década de 1970, os debates em torno da emergência e consolidação de uma classe capitalista em âmbito internacional ganham novo fôlego. O foco passa a ser um processo transnacional de formação de classe capitalista. (Robinson; Harris, 2000). Este processo deve ser entendido como histórico, remontando ao próprio processo de internacionalização do capital, um processo que gradativamente vai se expandindo para além dos circuitos de produção do Atlântico Norte e vai englobando segmentos das burguesias nacionais e burocracias estatais de vários países. (Pijl, 1998; Gill, 2003).

Em termos analíticos, a CCT seria composta, de acordo com Robinson e Harris

(2000), pelos proprietários e controladores do capital transnacional, ou seja, os donos e gerenciadores dos principais meios de produção mundiais – as corporações transnacionais e as instituições financeiras privadas. Gill (2003) acrescenta também ao bloco, parte dos principais políticos e funcionários públicos dos países centrais capitalistas e de parte dos países menos desenvolvidos. Por sua vez, Sklair (2000) sistematiza quatro frações ou grupos interligados no interior da CCT. Seriam eles os seguintes: 1) proprietários e controladores (executivos) das corporações transnacionais e suas filiais locais - a fração corporativa; 2) burocratas e políticos globais - a fração estatal; 3) profissionais globais - a fração técnica; 4) comerciantes e a mídia - a fração consumidora. A existência de uma quinta fração é apontada por Harris (2003), constituída pelo complexo industrial/militar.

A CCT estaria no centro da tentativa de construção de um bloco histórico em âmbito transnacional. O bloco seria composto por forças econômicas e políticas guiadas pelos processos de acumulação e produção voltados para o transnacional, constituindo assim, o “bloco globalista”. (Robinson; Harris, 2000). É importante perceber este bloco como um projeto de hegemonia² transnacional; mas, um projeto que ainda está incompleto e é alvo de contestações. (Robinson, 2005).

Esta CCT instrumentalizou o aparato de Estado Transnacional (ETN), “[...] uma rede frouxa composta de instituições políticas e econômicas inter e supranacionais, juntamente com aparatos de estado nacionais que foram penetrados e transformados por forças transnacionais, e ainda não adquiriu (e podem nunca adquirir)

qualquer forma centralizada.” (Robinson, 2010, p.10). As instituições do ETN buscam coordenar o capitalismo global, assim como garantir a expansão capitalista para além das fronteiras nacionais através de um sistema legal e regulatório supranacional construído ao longo das últimas décadas – corporificado em organizações internacionais e fóruns políticos globais – com o intuito de garantir a manutenção e reprodução da economia global (Robinson, 2010).³

Dentro do aparato ETN destacamos os fóruns políticos globais. Estes fóruns são espécies de *hubs* para a elite corporativa global, atuando para forjar “[...] visões estratégicas e morais, assim como as políticas, informando os interesses capitalistas transnacionais.” (Carroll; Carson, 2003, p. 31). Sendo assim, os fóruns de formulação de política fazem parte do aparato do Estado transnacional, no qual a economia global é decidida (Harris, 2013), ajudando na criação de consenso em torno de variantes do discurso neoliberal. (Carroll; Carson, 2003). Em síntese, “[...] são agências de liderança política e cultural, cujas atividades são parte integrante da formação de uma classe capitalista transnacional.” (Carroll; Carson, 2003, p. 53).

Empiricamente, estes fóruns são importantes para a rede corporativa global, que por sua vez é utilizada como indício da formação de uma CCT. As diversas reuniões destes grupos contribuem para aproximar os diretores e executivos das principais corporações mundiais, integrando-os em uma elite corporativa. Em resumo, os fóruns políticos globais “[...] fornecem um *núcleo duro* politicamente e socialmente ativo para a rede corporativa global [...]” (Carroll, 2010:192), atuando como pontos de integração na estrutura de poder corporativo global. (Carroll, 2010).

2 Tanto a noção de bloco histórico como a de hegemonia mobilizadas remetem à tradição gramsciana em Relações Internacionais. Para mais detalhes sobre estes conceitos ver Morton (2007).

3 O conceito de ETN mobilizado por Robinson (2010) é derivado diretamente do conceito de internacionalização do Estado de Cox (1981).

Os principais fóruns políticos globais apontados pela literatura – e que serão utilizados neste trabalho – são os seguintes: o grupo Bilderberg, a Comissão Trilateral (CT), a Câmara Internacional de Comércio (CIC), o *UN Global Compact* (UNGC), o Fórum Econômico Internacional (FEM), o *Council on Foreign Relations* (CFR), e o *World Business Council For Sustainable Development* (WBCSD).

Diante destas discussões, nosso argumento é de que, inicialmente de um ponto de vista teórico, o B20 pode ser compreendido como mais um ponto de integração para a elite corporativa global, um fórum que ainda não foi considerado como importante na rede corporativa global, mas que pode estar contribuindo – em conjunto com os demais fóruns – para a formação de uma classe capitalista transnacional. A seguir trataremos das principais características do B20 que nos levaram a tal argumento.

O B20

O B20 (Business 20) surge de um processo de expansão de atividades do G20 oriunda de sua reformulação inerente à crise financeira de 2008. Esta expansão envolve o fortalecimento do diálogo com setores da sociedade civil e do setor privado. Dentre os vários grupos de diálogos⁴ que surgem desta expansão de atividades, o B20 destaca-se pela sua crescente atuação junto às cúpulas anuais do G20. (Ramos; Parreiras 2019). O B20 realizou o seu primeiro encontro oficial em 2010, na Cúpula de Toronto. De lá até aqui, o fórum organizou mais onze encontros oficiais, sendo o último no ano de 2020 organizado em Riade, Arábia Saudita, reunião realizada via vídeo conferência devido a pandemia global. Em

cada um dos encontros é produzido um documento contendo recomendações do setor privado aos líderes do G20. Estas recomendações encontram respaldo no próprio G20, no tocante em que várias recomendações acabam sendo incorporadas na própria declaração dos líderes do Grupo dos 20. (Ramos; Parreiras 2019).

O B20 organiza-se em torno de forças tarefas que procuram dialogar com a própria agenda de discussões estabelecidas pelo G20 para a cúpula anual. O número de executivos envolvidos nas discussões do B20 vem aumentando consideravelmente, passando de mais de uma centena representando 119 empresas e organizações na Cúpula de Seul, para centenas de executivo representando 547 empresas e organizações na Cúpula de Hamburgo. Geralmente as reuniões do B20 recebem o apoio direto dos grandes sindicatos de empresas e câmaras de comércio do país que está a sediar as reuniões, além do contarem com o envolvimento direto da Câmara Internacional de Comércio (CIC) e de grandes empresas de consultoria. (Ramos; Parreiras 2019).

No geral não há uma regra clara de representatividade no B20, como um número específico de executivos por país membro do G20, por exemplo. Mas existem alguns padrões. Primeiro o país que está a sediar a cúpula do G20/B20 é o que possui mais empresas/organizações – sediadas em seu território – representadas nas discussões do B20. Segundo, o pertencimento oficial ao G20 não garante ao país uma representatividade no B20. Terceiro, as empresas/organizações sediadas nos países do Atlântico Norte são as mais comuns dentre as empresas representadas nas discussões do B20, mas há uma crescente presença das empresas sediadas na Ásia, principalmente China, Índia e Coreia do Sul.⁵ (Ramos; Parreiras 2019).

⁴ Existem mais cinco grupos de diálogo com o G20: Civil 20, Think 20, Labour 20, Youth 20 e o Women 20.

⁵ Aqui estão descritas apenas as características gerais do B20. Para mais detalhes ver Ramos e Parreiras (2019).

Desta forma, ao longo de mais de uma década, o B20 vem se consolidando como um importante ponto de interação entre elites locais e regionais com as elites centrais do capitalismo. Diante destas características do B20 e diante das discussões teóricas em torno da importância dos fóruns políticos internacionais para os processos de uma CCT e de um ETN, é possível propor a seguinte hipótese: H1 – o B20 está consolidando-se como um fórum político global inserido na rede corporativa global, tornando-se assim, mais um locus para a formação e consolidação de uma CCT, ou seja, revela-se como parte integrante do aparato do Estado Transnacional.

O B20 na rede de fóruns privados

Para verificarmos a hipótese levantada acima, realizaremos uma análise da rede de relações do B20 com os outros sete fóruns políticos globais citados anteriormente. Esta rede de relações é estabelecida através do compartilhamento de participantes em comum entre os fóruns. Ou seja, se dois fóruns possuem o mesmo participante é criado um link entre eles. Para construir esta rede levantamos os dados referentes aos participantes do B20 e dos outros sete fóruns para os anos de 2010 e 2017. Estes dados foram obtidos através de documentos oficiais e websites oficiais das organizações. Os anos foram selecionados com base na disponibilidade de dados, tendo em vista a dificuldade de se obter dados públicos acerca de alguns fóruns. Inclusive, a CIC foi inserida apenas na rede de 2017 devido à ausência de dados para este fórum em 2010. Estes dados nos permitiram construir duas redes de relações entre os fóruns,

uma para 2010 e uma para 2017. Estas redes foram elaboradas através de matrizes de adjacências geradas e analisadas através do *software Ucinet* (Borgatti; Everett; Freeman, 2002), o qual também foi utilizado para a elaboração dos grafos (imagens) das redes e os cálculos das métricas de centralidade. Os dados obtidos sobre os fóruns e seus participantes estão sumarizados na Tabela 1.

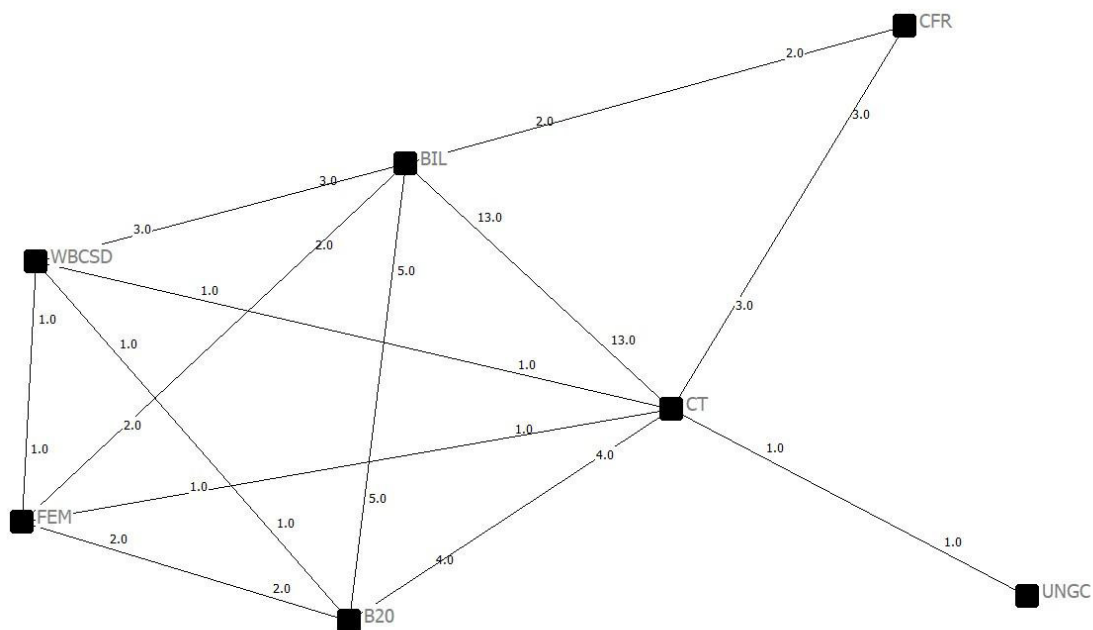
Tabela 1 - Os Principais Fóruns Políticos Globais e o Número Respetivo de Participantes/Diretores em 2010 e 2017.

FÓRUM	Nº 2010	Nº 2017
Bilderberg	124	130
Comissão Trilateral (CT)	223	433
Câmara Internacional de Comércio (CIC)	-	6
Fórum Econômico Mundial (FEM)	66	77
UN <i>Global Compact</i> (UNGC)	10	15
<i>Council on Foreign Relations</i> (CFR)	31	54
<i>World Business Council For Sustainable Development</i> (WBCSD)	15	16
B20	105	1320

Fonte: Elaborado pelo autor.

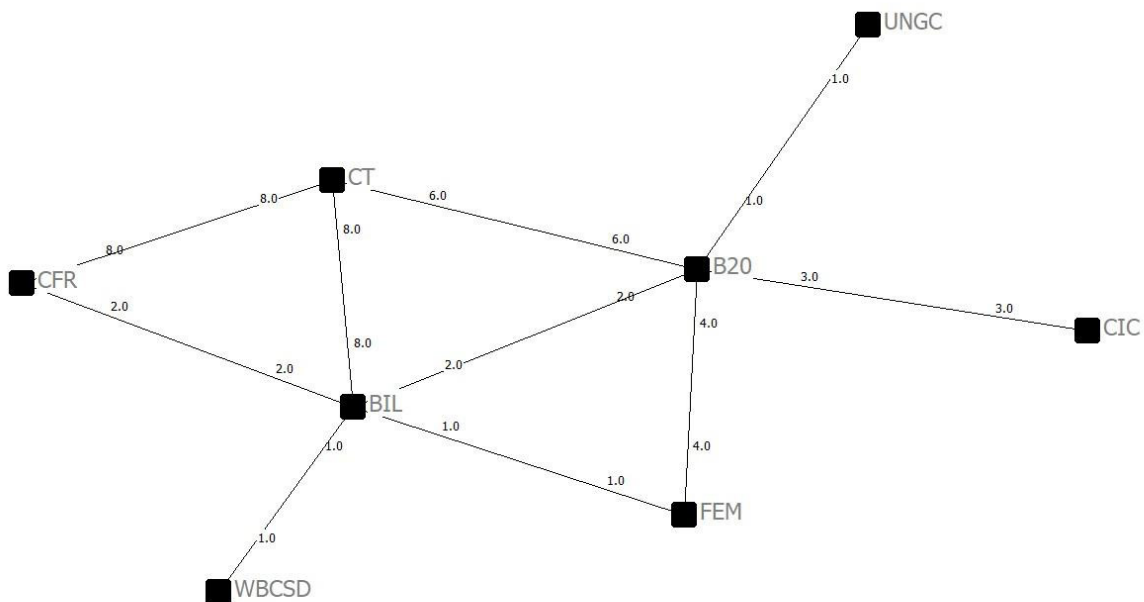
Com base nos grafos (Imagem 1 e Imagem 2) podemos fazer algumas inferências iniciais. Tanto em 2010 quanto em 2017 o B20 está interligado direta e indiretamente aos demais fóruns políticos globais. Em 2010 o B20 possuía 5 links com Bilderberg, 4 links com a CT, 2 com o FEM e 1 com o WBCSD. Em 2017 os links foram: 6 com a CT, 4 com o FEM, 3 com a CIC, 2 com Bilderberg e 1 com o UNGC. De um ponto de vista quantitativo é possível afirmar que com o passar dos anos desde a sua fundação, o B20 ficou cada vez mais integrado a rede de fóruns privados, aumentando tanto o seu número de links – 12 para 16 – quanto o número de relações diretas com outros fóruns – 4 para 5.

Imagem 1 - Rede dos Fóruns Internacionais em 2010



Fonte: Elaborado pelo autor.

Imagem 2 - Rede dos Fóruns Internacionais em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro dado importante são os *linkers*, ou aqueles indivíduos que estabelecem os links entre os fóruns. Com base e na Tabela 2, podemos perceber que de maneira geral, tanto a rede 2010 quanto a de 2017, são constituídas por *small linkers*, ou seja, aqueles diretores/participantes que interligam apenas 2 fóruns. Em 2010 havia apenas um *big linker* (interligando 4 fóruns ou mais) que interligava o B20 a outros 3 fóruns: Bilderberg, CT e WBCSD. No mesmo ano, dos 3 *mid linkers* (diretores/participantes que interligam 3 fóruns) 1 participava do B20; e dos 24 *small linkers*, 8 interligavam o B20 a outros fóruns. Em 2017 dos 2 *mid linkers*, 1 interligava o B20 a outros dois fóruns (CT e Bilderberg) e dos 29 *small linkers* 13 eram membros do B20. Diante destes dados conseguimos perceber que parcela considerável dos *linkers* das redes de fóruns políticos globais integram o B20.

Tabela 2 - Linkers

	2010	2017
Small linkers	24	29
Mid linkers	3	2
Big linkers	1	-
Total	28	31

Fonte: Elaborado pelo autor.

No presente estudo é de grande interesse a centralidade dos fóruns na rede de relações. Um ator é muito central em uma rede quando ele está engajado em muitas relações. (Lazega; Higgins, 2014). Para avaliarmos a centralidade dos atores na rede de fóruns privados, iremos utilizar três medidas: centralidade de grau (*degree*), centralidade de proximidade (*closeness*) e a centralidade de intermediação (*betweensness*) – apresentadas na Tabela 3. A centralidade nos é cara, pois, estudos já demonstraram que os fóruns privados de formulação de política são importantes para a rede corporativa global atuando

do como intermediadores na rede de diretores das principais corporações mundiais. (Carroll; Carson, 2003; Carroll, 2010). Desta forma, acreditamos que a análise da relação do B20 com os demais fóruns e de sua centralidade na rede de relação com estes, é um importante indicativo de que ele também pode ser considerado como mais um ponto de integração na estrutura de poder corporativo global.

A simples medida da centralidade de grau (*degree*) dos nodos – que indica o número de arcos incidentes sobre o nodo – já nos revela importantes informações sobre a rede dos fóruns políticos globais. Em 2010 os três fóruns com maior centralidade de grau eram: Bilderberg com 32% do total de arcos da rede incidindo sobre ele; CT com 29% e o B20 com 15%. Já em 2017 os três fóruns ainda são os mais centrais, contudo a uma mudança substancial nos valores. A CT passa a ser o fórum mais central da rede com 39% do total de arcos da rede incidindo sobre ela; enquanto o B20 agora aparece como o segundo fórum mais central com 28%; seguido de Bilderberg com 25%. O aumento da centralidade de grau do B20 entre 2007 e 2010 é expressiva, tendo o score praticamente dobrado. Outro fórum que apresentou um aumento vertiginoso em sua centralidade de grau foi o CFR, que praticamente triplicou seu score, tornando-se o quarto fórum com a maior centralidade de grau da rede.

A centralidade de proximidade (*closeness*) indica a proximidade de um ator com relação aos demais atores da rede, revelando a rapidez ou facilidade com que um ator interage com os demais; tendo em vista que esta medida, em síntese, é o número mínimo de passos (*clics*) que o ator deve realizar para entrar em contato com os demais. (Lazega; Higgins,

2014). O score *closeness* varia de 0 a 1, sendo que 1 indica que o ator é adjacente a todos os outros. Em 2010 os fóruns com maiores scores de proximidade eram a CT com 1 – com ligações diretas com todos os outros fóruns da rede; Bilderberg com 0,85 e o B20, FEM e o WBCSD, os três com 0,75. Em 2017 os dois fóruns com maior centralidade de proximidade são o B20 e Bilderberg, ambos com 0,78, seguidos pela CT com um score de 0,63. Entre 2010 e 2017 o B20 passou a ser, ao lado de Bilderberg, o fórum com maior centralidade de proximidade, enquanto a CT reduziu a sua centralidade, não estando mais ligada diretamente a todos os fóruns.

Última dentre as medidas de centralidade mobilizadas para o estudo, a centralidade de intermediação (*betweneess*) advém do controle que um ator da rede exerce sobre dois outros atores. A ideia é que, quanto “[...] mais um ator se encontrar “no meio”, como ponto de passagem obrigatório por caminhos que outras pessoas devem tomar para se encontrar, mais central ele será [...]”. (Lazega; Higgins, 2014, p. 44). Em 2010 apenas a CT – 43,3 – e Bilderberg – 10,0 – intermediavam relações na rede. Já em 2017 o B20 também passa a intermediar relações na rede em conjunto com os outros dois fóruns. Além, o B20 passa a ser o fórum mais central na rede de um ponto de vista da intermediação, possuindo o maior *score*.

Tabela 3 - Índices de Centralidade

	Degree 2010	Degree 2017	Closeness 2010	Closeness 2017	Betweenness 2010	Betweenness 2017
B20	0.154	0.286	75.000	77.778	0	54.762
BIL	0.321	0.250	85.714	77.778	10.00	42.857
CIC	-	0.054	-	46.667	-	0
CFR	0.064	0.179	60.000	50.000	0	0
CT	0.295	0.393	100.00	63.636	43.33	7.143
FEM	0.077	0.089	75.000	58.333	0	0
UNGC	0.013	0.018	54.545	46.667	0	0
WBCSD	0.077	0.018	75.000	46.667	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões e análises apresentadas podemos concluir que a nossa hipótese “H1: o B20 está consolidando-se como um fórum privado de formulação de política inserido na rede corporativa global, tornando-se assim, mais um locus para a formação e consolidação de uma CCT” foi em parte corroborada. Além de estar inserido na rede de fóruns internacionais, ligado direta e indiretamente através de membros em comum aos principais fóruns consolidados pela literatura, o B20 revelou-se

como um elemento importante na própria rede de fóruns internacionais. Desde o ano de fundação o B20 revela-se central na rede. O único *big linker* da rede de 2010, interligando 4 fóruns, também era um membro do B20. Em todas as medidas de centralidade para os dois anos analisados, o B20 encontra-se entre os três fóruns mais centrais. Em 2017, o fórum revela-se o principal – ao lado de Bilderberg - em termos de proximidade, estando interligado a quase todos os fóruns. Já em termos de intermediação, em 2017, o B20 revela-se como o fórum mais central da rede.

Se os fóruns políticos globais - como a CT e o FEM - podem ser apontados como parte integrante no processo formação de uma CCT, nos quais seus integrantes atuam em prol da estabilidade e reprodução do sistema capitalista e suas relações sociais; o B20, também pode ser apontado como um potencial novo locus para a formação e consolidação de uma CCT. O compartilhamento de vários integrantes com os demais fóruns e a sua centralidade na própria rede dos fóruns internacionais, credenciam o B20 como mais um importante ponto de integração na estrutura de poder corporativo global. Contudo, comparado aos demais fóruns, o B20 ainda carece de institucionalização e status. Todavia, a sua presidência rotativa – acompanhando o G20 - o aproxima das comunidades de negócios locais e regionais, o que lhe confere a possibilidade de aproximar as elites dos centros tradicionais das elites emergentes.

De qualquer forma, os pontos levantados no presente trabalho ainda carecem de maiores estudos, principalmente acerca do próprio papel do B20 na rede corporativa global. Ainda assim, é possível apontarmos que há indícios de que o B20 vem adquirindo importância similar aos demais fóruns privados de formulação de políticas.

REFERÊNCIAS

- BORGATTI, S.P; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows**: Software for Social Network Analysis. Harvard: Analytic Technologies. 2002.
- CARROLL, Willian K. **The Making of a Transnational Capitalist Class**: Corporate Power in the 21st Century. Londres: Zed Books, 2010, p. 273.
- CARROLL, Willian; CARSON, Colin. The network of global corporations and elite policy groups: a structure for transnational capitalist class formation? **Global Networks**, v. 3, n.1, p. 29-57, 2003.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003, p. 238.
- HARRIS, Jerry.. The Conflict for Power in Transnational Class Theory. **Science & Society**, v. 67, n. 3, p. 329-339, 2003.
- LAZEGA, Emmanuel; HIGGINS, Silvio Salej. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 138.
- MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci**: Hegemony and Passive revolution in the Global Political Economy. Londres: Pluto Press, 2007, p. 254.
- PIJL, Kees van der. **Transnational Classes and International Relations**. Londres: Routledge, 1998, p. 196.
- RAMOS; Leonardo; PARREIRAS, Pedro Henrique Schneider. Social Forces and the International Political Economy after 2008 Financial Crisis: The Case of Business Summit 20 (B20). **Brazilian Political Science Review**, v. 13, n. 2, p. 1-29, 2019.
- ROBINSON, William I. Gramsci and Globalisation: From Nation-State to Transnational Hegemony. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v. 8, n. 4, p. 559-574, 2005.
- ROBINSON, William I. Global Capitalism Theory and the Emergence of Transnational Elites. **United Nations University**, n. 2, 2010.
- ROBINSON, William I; HARRIS, Jerry. **Toward A Global Ruling Class?** Globalization and the Transnational Class. 2000. Disponível em: < http://www.net4dem.org/mayglobal/Papers/RobinsonHarris7_16.pdf >. Acesso em: 27 de Novembro de 2020.
- SKLAIR, Leslie. The transnational capitalist class and the discourse of globalization. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 14, n. 1, p. 67-85, 2000.



Como a dependência de semicondutores taiwaneses pode evitar um conflito armado entre China e Estados Unidos

How the dependence on Taiwanese semiconductors might prevent an armed conflict between China and the United States

Cómo la dependencia de los semiconductores taiwaneses puede prevenir un conflicto armado entre China y Estados Unidos

Recebido em: 01 de agosto de 2023
Aprovado em: 12 de dezembro de 2023

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2023v20n1p11-23

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez¹

Resumo:

O mundo está cada vez mais globalizado. Conflitos outrora regionais não se aplicam mais apenas a localidade de origem. Países interconectados entre si conseguem sentir conflitos teoricamente alheios à suas capacidades. Com a tecnologia bélica evoluindo, há o eterno medo de eclodir uma Terceira Guerra Mundial, e estopins e possíveis faíscas são analisados ao redor do globo. A China tentando reaver o controle de Taiwan com os Estados Unidos declarando que protegerá a ilha em caso de invasão militar chinesa certamente atrai preocupações. Taiwan se protegeu das ameaças chinesas através da educação e tecnologia, produzindo semicondutores essenciais para o funcionamento da economia mundial. Esta especialização taiwanesa causou graus de vulnerabilidade e sensibilidade em diversos países, onde fez com que a paz e soberania na ilha fosse essencial para o mundo. Sob a luz da teoria da interdependência complexa de Keohane & Nye, este artigo visa elucidar quais motivos impedem um conflito armado entre China e Estados Unidos pela independência ou anexação definitiva de Taiwan.

Palavras-chave: Interdependência Complexa; Semicondutores; Sensibilidade; Taiwan; Vulnerabilidade.

Abstract:

The world is increasingly globalized. Regional conflicts are not restricted only to the original area anymore. Countries that have a bound of interconnection can feel the reflexes of a conflict that theoretically does not concern to them. With war technology evolving, there is the eternal fear of a Third World War breaking out, and possible start points and Sparks are analyzed around the globe. China trying to regain control of Taiwan with the

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: pedro.francez27@gmail.com

United States of America declaring that They will protect the island in case of Chinese's military invasion certainly raises concerns. Taiwan protected itself from Chinese threats through education and technology, producing semiconductors essential for the functioning of the world economy. This Taiwanese specialization provoke degrees of vulnerability and sensibility in several countries and therefore, the peace and sovereignty on the island it is essential for the world. In the light of Keohane & Nye's Complex Interdependence theory, this article aims to elucidate the reasons that prevent an armed conflict between China and United States for the independence or definitive annexation of Taiwan.

Keywords: *Complex Interdependence; Semiconductors; Sensibility; Taiwan; Vulnerability.*

Resumen:

El mundo está cada vez más globalizado. Los conflictos regionales ya no se limitan únicamente al área original. Los países que tienen un límite de interconexión pueden sentir los reflejos de un conflicto que teóricamente no les concierne. Con la evolución de la tecnología bélica, existe el temor eterno de que estalle una Tercera Guerra Mundial, y se analizan posibles puntos de partida y chispas por todo el mundo. China intentando recuperar el control de Taiwán, con los Estados Unidos de América declarando que protegerán la isla en caso de una invasión militar china ciertamente genera preocupación. Taiwán se protegió de las amenazas chinas a través de la educación y la tecnología, produciendo semiconductores esenciales para el funcionamiento de la economía mundial. Esta especialización taiwanesa provoca grados de vulnerabilidad y sensibilidad en varios países y por tanto, la paz y soberanía en la isla es fundamental para el mundo. A la luz de la teoría de la Interdependencia Compleja de Keohane & Nye, este artículo pretende aclarar las razones que impiden un conflicto armado entre China y Estados Unidos por la independencia o anexión definitiva de Taiwán.

Palabras Clave: *Interdependencia Compleja; Semiconductores; Sensibilidad; Taiwán; Vulnerabilidad.*

INTRODUÇÃO

Um conflito armado entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China seria devastador. Os resultados deste confronto seriam catastróficos, se é que remediáveis, pois são duas superpotências nucleares, dois dos maiores exércitos do mundo e com tecnologias extremamente avançadas.

Há anos observa-se no cenário internacional as animosidades escalonarem entre Estados Unidos e China com diversos pretextos. Em quase qualquer disputa internacional, o posicionamento destes países atua como diretrizes para países satélites, aliados e alinhados se posicionarem também. E convergindo ou divergin-

do, são tomados como ‘norte posicional’ por diversas outras nações.

Por serem nações referências na região, o objetivo – de todas as nações, mas principalmente – das nações hegemônicas é manter e/ou ampliar o que Morgenthau chamou de *status quo*. Tanto os Estados Unidos quanto a China são as maiores zonas de influência para os países ao seu redor, seja com comércio, cultura, costumes, política ou através da potencial força militar. A nação em que o objetivo externo se configura mais em conservar o poder em seu favor do que modificar a distribuição do mesmo, persegue uma política de manutenção do *status quo* (Morgenthau, 2003, p. 88).

Manter o status quo, em suma, significa um preservar e ampliar sempre o poder pendendo a balança do mesmo para si e utilizando das mais variadas táticas para tal feito, a fim de restringir ameaças futuras de desafios de poder. Em nossa leitura, China e Estados Unidos se encontram nesta situação. Mesmo teoricamente não participando da mesma região de interesse, ambos são superpotências, fato que faz o *status quo* não se restringir ao aspecto regional, pois através de comércio, alianças políticas, *soft power* e dentre outras táticas, a zona de influência de ambos os países transcendem as fronteiras regionais.

E essa abrangência do alcance do poderio e influência destas superpotências é que faz com que o medo de se eclodir um conflito armado em qualquer lugar do mundo, quando envolvido duas ou mais superpotências hegemônicas, se escalone em uma guerra de proporções catastróficas, afetando todo o globo de maneira substancialmente, assim como a Primeira e a Segunda Guerra mundial. Conflitos regionais que pouco afetam a dinâmica de países hegemônicos, infelizmente não chamam a atenção para uma resolução rápida, haja vista que o custo de uma resposta efetiva, pode variar dentre apenas financeiro ou se indispor com uma outra superpotência, como por exemplo, o mais novo conflito bélico entre Rússia e Ucrânia iniciado em 2020, não negligenciando a história de desavenças passadas que ainda se encontram sem resolução, como a Crimeia, em 2014.

Dentre as razões pela disputa russo-ucraniana se encontra a disputa pelo *status quo regional* não só dos países envolvidos diretamente na guerra, mas de outras hegemonias, como Estados Unidos da América e potências europeias. De acordo com Mearsheimer

(2014, p.77), os americanos e a gana dos países membros da OTAN de pressionar as fronteiras russas provocaram a tomada da Crimeia, em 2014, em uma retaliação russa que deveria ser óbvia e esperada e continua: “[...] o ocidente vem se movendo em direção ao quintal da Rússia e ameaçando seus principais interesses estratégicos” (Mearsheimer, 2014a, p. 77-78, tradução nossa)².

Em outra perspectiva do conflito, temos o argumento de que a Ucrânia não entraria na OTAN, que é uma organização militar, mas sim em um acordo de livre-mercado entre a Europa, o que não significaria uma ameaça bélica (Sestanovich, 2014, p. 174), e que a política externa russa não se tornou mais agressiva em resposta às políticas americanas, mas sim como resultado das dinâmicas de suas políticas internas, como seu processo eleitoral fraudulento, que gerou insatisfação interna e pressionou a agenda externa russa (McFaul, 2014, p. 169).

Independente da perspectiva adotada, salienta-se a disputa pelo *status quo*. O próprio Mearsheimer (2014b, p. 175), em resposta a Sestanovich e McFaul na mesma revista, reconhece que a expansão da União Europeia e a promoção da democracia são ameaças aos interesses russos o que corrobora que a disputa pelo *status quo* das hegemonias está presente em ambos os entendimentos do conflito. E, como a Ucrânia, Taiwan se encontra entre uma disputa de duas hegemonias, China e Estados Unidos, em busca da ampliação de seus respectivos *status quo*.

2 “[...] the West had been moving into Russia's backyard and threatening its core strategic interests.”

A DISPUTA VELADA PELO STATUS QUO DE TAIWAN

China e Estados Unidos debatem constantemente pela disputa de soberania em diversas frentes de conflitos ao redor do mundo. Muitas vezes, terceirizando suas participações para evitar o choque direto entre si, seja apoiando lados opostos de um conflito já existente, como por exemplo a situação Norte e Sul coreana.

Quando a disputa é diretamente da parte com o país hegemônico, a outra hegemonia financia, incentiva, apoia o outro lado, pois, pensando no cenário global como um todo. Em um cenário de disputa de poder, visando a política externa de cada país, qualquer conflito que possa enfraquecer uma superpotência rival, vale o investimento ou até a não interferência para solucioná-lo.

De acordo com Morgenthau (2003, p.64), a política de *status quo* é uma posição de poder já estabelecida contra a tentativa de se implantar uma nova. A China é uma superpotência consolidada no continente asiático, e os Estados Unidos também têm sua influência naquela região através de bases militares, como na Coreia do Sul e no Japão³, acordos bilaterais⁴ e vantagens econômicas⁵. E o conflito entre China e Estados Unidos

pela independência ou não de Taiwan não foge a essa regra.

Em 1970, ainda no contexto de um mundo bipolar devido a Guerra Fria (1947-1991), Taiwan sofreu um duro golpe contra a sua independência e autonomia, que ainda não é declarada. As Nações Unidas concediam o assento chinês em suas reuniões para a República da China, que hoje é conhecida por Taiwan. Isto era feito, porque a capital de toda China oficialmente estava sediada em Taipei, no pós-segunda guerra mundial. Havia este embate entre a ONU e a China continental no período de Guerra Fria, pois os países ocidentais capitaneados pelos Estados Unidos não almejavam conceder poderes ao regime comunista que se instaurava formalmente na parte continental do país desde 1949, iniciado por Mao Tsé-tung. Para as nações ocidentais, possuíam diferenciações entre a China continental e a ilha em que conhecemos hoje como Taiwan, sendo respectivamente República Popular da China (China Continental) e República da China (Taiwan).

A República da China (Taiwan) era considerada como a “China Livre” pelas nações ocidentais. Por este fator, o assento chinês na ONU, bem como poder de voto e veto, representações em assembleias e conselhos, e participações em formalidades estavam assegurados pelo governo presente em Taipei, e não na China Continental (Ko, 2004, p. 146).

Porém, em 1971, depois de extensas negociações e principalmente por receio do poderio e preocupação de ambos com os soviéticos da URSS e de como uma aliança entre China e Estados Unidos auxiliaria nesta questão (Tucker, 2005, p. 117), o assento na ONU, que antes pertencia a Taiwan, foi concedido à China Continental, e Pequim logo

3 De acordo com o Defense Manpower Data Center (2023), os Estados Unidos possuem 24.159 mil militares americanos na ativa em bases dentro da Coreia do Sul e 53.246 mil militares em bases no Japão, fora civis militares ou famílias de militares.

4 Acordos bilaterais em diversas áreas como a Declaração de Washington, na segurança, que prevê, dentre outros, o envio de um submarino nuclear americano periodicamente para a Coreia do Sul, além de inserir o país no “guarda-chuva” nuclear de proteção americana (The White House, 2023).

5 O mais recente deles é o acordo firmado entre Estados Unidos e Japão que isenta ambos os países de impostos e taxas sobre exportação de minerais críticos para a produção de baterias de carros elétricos. A China possui amplo domínio neste mercado e os americanos almejam diminuir a vulnerabilidade deles sobre o tema (Swanson, 2023).

se apressou em determinar medidas que garantissem que Taiwan não se rebelasse, como restrições de liberdades, aumentando seu controle na ilha, na década de 70.

Com a ilha sob controle da China, restavam poucas alternativas a Taiwan, ou o confronto bélico direto, que seria um fracasso total e resultaria em milhares de mortes, ou um plano mais a longo prazo, que a princípio, o governo chinês acharia lucrativo e conseguiria passar despercebido. Este projeto consiste em utilizar o mercado e as vantagens comparativas do país aumentando a dependência de agentes externos à sua economia e atrelando-a a sua independência. Basicamente utilizando o mercado e as vantagens de Taiwan contra a própria China.

No contexto de dominância, Taiwan da década de 70 era dispendiosa. O impacto das crises globais do petróleo atingiu a economia da ilha – assim como sentida em todo o globo –, ampliando a situação de dependência da China, haja vista que a maioria dos acordos comerciais bilaterais foram suspensos devido ao não-reconhecimento de Taiwan como um Estado independente pós-1971, por conseguinte, países mantendo acordos bilaterais com a província rebelde sinalizava à China que não respeitavam sua soberania sobre aquele território, o que geraria conflitos e indisposições internacionais com os chineses e seus aliados, sob o qual a maioria esmagadora dos países preferiu evitar, inclusive os Estados Unidos, que suspendeu as ajudas e facilidades de empréstimos para não agredir a soberania chinesa.

Os americanos eram responsáveis por mandar ajudas substanciais para desenvolver a indústria, bem como utilizava a ilha como um ato de resistência ao comunismo que se

implementara pouco a pouco no leste asiático, com aportes principalmente na década de 50 e 60. Para se ter um parâmetro, 31% de todo o investimento estrangeiro que os Estados Unidos da América realizavam ao redor do mundo em agricultura, indústria e tecnologia entre os anos 1951-1953 era localizado em Taiwan (Ko, 2004, p. 171).

Com essa baixa brusca no orçamento, Taiwan precisou se reinventar. O cenário regional do leste asiático em meados dos anos 70 era o investimento em tecnologia, principalmente encabeçado por Coreia do Sul, Japão e Hong Kong, esta última, em situação semelhante a Taiwan, já que estava sob domínio britânico, almejava a independência, porém, retornada aos domínios chineses oficialmente em 1984, como Taiwan.

O contexto em que se encontra Taiwan é o de independência não reconhecida pelos demais países do sistema internacional. De fato, Taiwan é coagida com ameaças bélicas diretas a não iniciar um processo de independência, pois caso faça, eclodirá uma guerra. Constantemente posições e discursos oficiais diretamente ameaçam Taiwan, como por exemplo o discurso do hoje ex-Ministro da Defesa Wu Qian: “Nós estamos falando sério com as Forças pela independência de Taiwan: Aqueles que brincam com fogo irão se queimar, e a independência de Taiwan significa guerra” (Zhen, 2021, tradução nossa)⁶.

⁶ “We are seriously telling those Taiwan Independence forces: those who play with fire will burn themselves, and Taiwan Independence means war”

A DEFESA DAS FRONTEIRAS PELA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

De acordo com Wendt (1999, p. 202), um Estado para ser designado como tal, necessita possuir cinco características basilares, são estas: Uma ordem institucional legal funcionando; uma organização que detenha o monopólio e o uso legitimado da força e violência (leia-se polícia e forças de segurança); uma organização com soberania; uma sociedade e um território estabelecido. Embora Taiwan não possua sua independência reconhecida formalmente por órgãos internacionais e a maioria dos países do mundo, a ilha possui características de um Estado-nação. O formalismo da independência de Taiwan não existir não impede a ilha de praticar sua independência de fato, haja vista que possui identidade corporativa de Estado (Kuntić, 2015).

Notório que, contando exclusivamente com suas próprias forças militares, Taiwan não se sustentará em um conflito armado contra a China. Então, o governo da ilha de Formosa submeteu-se à China militarmente e atua em outras frentes para igualar a balança de poder dentre as nações. Os investimentos massivos em tecnologia e em educação na área tecnológica foram o trunfo para Taiwan ganhar notoriedade e maior relevância, não só regional, mas globalmente.

Keohane e Nye explicam o conceito de vulnerabilidade e sensibilidade como fatores que quantificam uma interdependência entre atores internacionais. Em suma, a sensibilidade, é o ato de um Estado conseguir responder com rapidez a quaisquer eventuais contratempos internacionais, e a vulnerabilidade é medida através dos custos desta resposta – sejam

políticos, econômicos, sociais, etc. - se ela foi efetiva ou deixou sequelas à nação (Keohane; Nye, 2012, p. 231-234).

Um país é sensível a outro quando algo acontece além-fronteiras e o país sente. Quanto mais sensível um país é em relação a outro, maior sua dependência, haja vista que a estabilidade do país não depende apenas de seu governo, mas sim, se o outro país está fazendo um bom trabalho também. E vulnerabilidade é o ato de conseguir responder para minimizar os danos causados pela sensibilidade. Se um país conseguir responder com altivez sua sensibilidade, ele é mais sensível que vulnerável.

A China ao final da década de 1970, época cuja as mudanças da ONU já se configuravam estabelecidas, pouco era 'sensível' ou 'vulnerável' a Taiwan. Se uma crise ocorresse na ilha, afetaria o preço dos peixes no continente, talvez um ou outro imbróglio militar, todavia controlado e nada fora do esperado.

Porém, a recíproca não valia para ambos. Com Taiwan fora da ONU, seus acordos econômicos independentes do governo de Pequim praticamente inexistiam, e os que se mantiveram, não eram substanciais. A sensibilidade sobre o que acontecia na China era enorme, e a vulnerabilidade acompanhava, pois o poder de resposta também não existia.

O investimento alocado em educação e tecnologia rendeu frutos a longo prazo. O maior exemplo fora a criação do Parque Industrial de Ciências Hsinchu, inaugurado no final de 1980. Este complexo incentivava a produção de profissionais focalizando na área tecnológica além de descobertas de novas tecnologias. A situação de 'dependência' entre países ou atores variados é definido por Keohane e Nye (2012, p. 7) como quaisquer situações que afetam significativamente sua

política interna oriunda de forças externas. O Hsinchu não despertou os radares chineses de ameaça, pois, em teoria, seria proveitoso ter em seu domínio uma formação de mão-de-obra qualificada e descobertas tecnológicas, mesmo que em uma província rebelde, além de que os chineses não previram que ficariam dependentes, sensíveis e vulneráveis a curto prazo da tecnologia taiwanesa.

Mas isso aconteceu. Taiwan se desenvolveu tecnologicamente a ponto de produzir 56% de todos os semicondutores no mundo (Prashad, 2023, p.1) e 92% dos mais avançados, que possuem componentes menores que 10 nanômetros e maior capacidade (Buchholtz, 2023, p. 1). Esses semicondutores são essenciais para o funcionamento de aparelhos de uso cotidiano, como televisores, celulares, videogames, computadores, e também os de tecnologias mais avançadas, e até bélica. Com um amplo domínio de mercado em uma área tão relevante, todos os países do mundo aumentaram a sensibilidade e vulnerabilidade sobre o que acontece em Taiwan. Nenhum país no mundo consegue, a curto prazo, substituir Taiwan e sua produção de semicondutores com tanta eficiência, o que levaria a paralisação de produção de diversas empresas caso uma guerra eclodisse, proporcionando uma crise financeira catastrófica.

Os países ocidentais, capitaneados pelos Estados Unidos, também não almejam que a produção do praticamente “monopólio mundial” de semicondutores que Taiwan possui, caia nas mãos do governo de Pequim, pois seria uma arma letal contra os países ocidentais. Colocando em perspectiva com acontecimentos recentes, a Rússia invadiu militarmente a Ucrânia com nenhuma resistência militar do ocidente, não porque eles não queiram inter-

ferir, mas a Rússia detém o maior abastecimento de gás natural da Europa, que é um bem essencial para o aquecimento das casas, devido ao inverno rigoroso europeu. Todos os reflexos que o ocidente fez para repudiar a guerra não envolveram combater com tropas diretamente a Rússia. Se restringiram em respostas econômicas através de sanções, bloqueio de contas, retirada do sistema Swift, e financiamento de armamentos, mantimentos, ajudas humanitárias para a Ucrânia.

Nem mesmo os Estados Unidos, que diretamente não possui tanta vulnerabilidade ou sensibilidade ao interrompimento do fornecimento do gás russo, consegue atuar belicamente em prol da Ucrânia, pois, os americanos possuem indiretamente vulnerabilidade e sensibilidade ao continente europeu. E se uma crise sem precedentes ocorrer no Velho Continente – que é o que aconteceria em caso de interrompimento abrupto do fornecimento de gás russo –, os Estados Unidos sentiriam seus aliados e parceiros comerciais de longa data perecerem, diminuir importações e exportações, dentre outros reflexos, levando a uma crise americana também.

Do outro lado, também é custoso para a Rússia cortar o fornecimento de gás, que poderia levar a uma guerra de proporções catastróficas, e não localizada apenas na Ucrânia. A postura do presidente americano Joe Biden sobre o conflito russo-ucraniano sempre reitera a não-interferência direta militar.

“Nós não procuramos uma guerra entre OTAN e Rússia. [...] Enquanto os Estados Unidos ou nossos aliados não são atacados, nós não estaremos diretamente engajados neste conflito enviando tropas americanas para lutar na Ucrânia ou para atacar as Forças Russas.” (Biden, 2022)

Sobre Taiwan, as declarações do governo americano são diferentes. Em caso de invasão chinesa, as declarações de chefes de Estado americanos não se restringem a questões econômicas e políticas. Os Estados Unidos, de fato, já declararam reiteradas vezes que defenderiam militarmente Taiwan em caso de invasão chinesa para tentar controlar a província rebelde. Joe Biden, atual presidente americano, no dia 23 de maio do ano de 2022 em visita ao Japão afirmou o compromisso de defender Taiwan militarmente quando interpelado por um repórter (Liptak; Judd, 2022, p.1). Sob a ótica americana, o controle político e econômico de Taiwan não é tratado como um problema interno chinês. O praticamente monopólio da produção de semicondutores no mundo faz com que a independência da província rebelde seja fator fundamental à política externa do ocidente. Os semicondutores atualmente são bens essenciais para produção da maioria dos aparelhos eletrônicos. Até o momento, insubstituíveis. Esta dependência do produto taiwanês atua como um “escudo de silício” protegendo a ilha de eventuais ataques chineses para a retomada de controle do seu território.

Esta mudança de postura entre a situação da Ucrânia e Taiwan pelos Estados Unidos exemplifica como os americanos possuem maior vulnerabilidade e sensibilidade se a produção de semicondutores taiwaneses ficarem sob controle exclusivo chinês. A curto prazo, a produção de grãos da Ucrânia consegue ser substituída. Os preços de alguns produtos ao redor do globo aumentarão, os reflexos de um conflito desta magnitude são sentidos em diversos países, principalmente os menos abastados, onde o aumento de preço de produtos alimentícios acarretam em fome. Mas há a possibilidade de substituir as importações ucrania-

nas, utilizar de outros países que produzem os grãos, haja vista que o país não é o maior produtor da área. Esta mesma lógica se aplica para energia nuclear e equipamentos, outro comércio em que Kiev possui destaque. A escassez do produto se deverá ao preço aplicado à ele, e não a inexistência da mercadoria em si.

O mercado de semicondutores é diferente do mercado de grãos ou energia nuclear ucraniano. Taiwan é líder disparada no seguimento, e quando se trata de nanotecnologia em semicondutores, produz mais de 90% no mundo, deixando para trás a Coreia do Sul, que é a segunda colocada.

Bens de primeira necessidade utilizam de semicondutores para funcionar. Em caso de uma guerra e paralização da produção, empresas de tecnologia ao redor do mundo como Apple, Google, Microsoft, Samsung, Sony, e outras empresas que empregam tecnologia em seus produtos, como a indústria automobilística, por exemplo, seriam forçadas a parar suas produções pela escassez de semicondutores.

A quantidade de empregos e produtos dependentes destes componentes é incalculável. Taiwan utiliza a sensibilidade e vulnerabilidade dos países à seus semicondutores como autodefesa da China. A dependência dos Estados Unidos dos semicondutores taiwaneses é considerada uma proteção – ‘Escudo de Silício’ - contra ameaças da China de reintegração de posse.

A China continental não detém o controle das fábricas taiwanesas. Taiwan atua independentemente das políticas chinesas em diversas áreas. Apesar de possuírem relações comerciais, elas não demonstram um sentimento de pertencimento. Há relações comerciais e leis estritamente direcionadas para investimentos de chineses do continente. Tai-

wan não é regida pelas normas constitucionais chinesas, mas sim possui sua própria constituição e autonomia para aplicá-la. É expressamente proibido pessoas filiadas ao Partido Comunista Chinês, militares ou ex-militares de investirem na ilha, mesmo que como civis. Outras grandes companhias chinesas muitas vezes são restritas a investirem em ‘áreas não-estratégicas’ definidas pelo governo de Taiwan (Taiwan, 2022).

Dado o exposto acima, Taiwan possui diversas restrições sobre capital da China continental dentro da ilha, mesmo que advindo de civis. A regulação que perpassa um chinês do continente ou até um taiwanês que mora no continente é diferenciada. Existem leis duríssimas que regulam o cidadão que possuiu contato com o continente. Nenhum cidadão da China continental pode entrar em Taiwan sem a autorização da autoridade competente taiwanesa, e mesmo as que forem autorizadas a entrada, não poderão participar de atividades que sejam inconsistentes com o visto⁷. Mesmo os cidadãos da China continental que aplicarem para um visto de reunião familiar será entrevistado, colhido as impressões digitais e registrado. Expressamente proibido entrar sem estas etapas⁸. (Taiwan, 2022)

7 Art. 10: “No people of the Mainland Area may enter into the Taiwan Area without permission of the competent authorities. Any of the people of the Mainland Area who are permitted to enter into the Taiwan Area may not engage in any activity inconsistent with the purposes of the permission. Rules governing the granting of permission referred to in the preceding two paragraphs shall be drafted by the competent authorities concerned and submitted to the Executive Yuan for approval.”

8 Art. 10-1: “Any of the people of the Mainland Area who apply to enter into the Taiwan Area for family reunion, residency, or permanent residency shall be interviewed, fingerprinted, and registered for record; where it fails to be interviewed or fingerprinted, no permission shall be granted to its application for family reunion, residency, or permanent residency. Governing rules thereof shall be prescribed by the competent authorities.”

O capital chinês em Taiwan é extremamente regulado. Os chineses, mesmo empresas compostas por civis, não podem investir em segmentos não autorizados pelo governo taiwanês. E, caso autorizados, há diversas regulações sobre qual a porcentagem máxima da empresa que poderá pertencer a chineses, bem como regulações pesadas, até expondo ao governo taiwanês a lista de acionistas, mesmo que minoritários, e o balancete interno de lucros da empresa (Taiwan, 2023).

Esta regulação extrema é justificada pela segurança nacional. O hoje ex-Ministro da Economia Su Chi-yen enquanto estava no cargo declarou em entrevista que companhias chinesas são restritas a investir em setores não-sensíveis, como atacado e varejo. proteger a inteligência empresarial [de Taiwan] é uma questão de segurança nacional” (Oung, 2020). Se considerarmos Taiwan um país, a ilha ficaria proporcionalmente em terceiro dentre os Estados que mais aplicam fundos em pesquisa e desenvolvimento, com cerca de 3,5% do produto Interno Bruto apenas para este fim (Cauti, 2022, p.1).

Mesmo em segmentos considerados não-sensíveis por Taiwan, a lei da ilha restringe porcentagem e regula com atenção os investidores advindos da China continental, mesmo estrangeiros ou até taiwaneses que lá residem. Já no quesito defesa nacional, há dois aspectos relevantes: primeiramente, o fato dos semicondutores, bem como todo o complexo Hsinchu direcionarem seus progressos também para a tecnologia militar (So, 2006, p. 71), sendo os semicondutores necessários para radares, drones e até em mísseis teleguiados, assim, incrementando a indústria bélica não só de Taiwan, mas de parceiros comerciais que possam vir a defender a ilha em caso de uma invasão chinesa.

O segundo aspecto é que ser o grande produtor de semicondutores mundial, fazendo com que os Estados Unidos da América possuam uma alta sensibilidade sobre o que acontece em Taiwan, é um reforço à segurança da ilha de quaisquer eventuais conflitos armados que ameacem sua independência de fato. Em um mundo interconectado, o que acontece em Taiwan refletirá dentro das fronteiras americanas enquanto os Estados Unidos não reduzir esta dependência dos semicondutores taiwaneses.

Combinando a massiva produção e avançada capacidade de manufaturar os chips tecnológicos com a dependência mundial dos semicondutores, Taiwan consegue se proteger das ameaças chinesas contra sua independência e soberania. A manobra taiwanesa está catalogada na academia como “o escudo de silício”, que em conjunto com a economia forte e superavitária da ilha, se tornam essenciais para a segurança nacional do país (Nordin; Stünkel, 2022, p.5).

O fato de os semicondutores taiwaneses não possuírem até a presente data substitutos à altura em qualidade e tamanho de produção, além da tecnologia para tal ser extremamente protegida por Taiwan como questão de segurança nacional, torna países hegemônicos e com poderio militar alto, como os Estados Unidos, vulneráveis ao que acontece na ilha. A defesa da soberania de Taiwan pelos americanos é provocada por esta vulnerabilidade. Ao contrário dos produtos ofertados pela Ucrânia, Taiwan e seu praticamente monopólio da produção de semicondutores - produto este essencial e sem substituição no mercado - implicam com que a importância da independência da província rebelde seja fundamental para a economia americana.

Por outro lado, a existência de uma Taiwan independente da China, todavia, está interconectada a produção e monopólio dos semicondutores, além da incapacidade de substituição deste componente. Keohane e Nye (2012, p. 233) utilizam o termo ‘interdependência de vulnerabilidade’ para explicar este fenômeno. Atores podem ter suas escolhas de ação limitadas pela interdependência. A declaração dos Estados Unidos afirmando categoricamente que defenderão militarmente Taiwan em caso de tentativa de ocupação militar chinesa pode indicar que suas opções de ação no conflito tenham sido limitadas pela vulnerabilidade que o país possui causada pelos semicondutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o “escudo de silício” atua com uma arma de defesa para Taiwan, pois uma ação contra a ilha acarretaria uma ameaça a cadeia de suprimentos global de semicondutores, sem substituição imediata, nem há uma sinalação de substituição a curto e médio prazo para a indústria taiwanesa no mundo.

O fato de os semicondutores serem produtos essenciais para diversas áreas e não possuírem substituições faz com que a sensibilidade e vulnerabilidade de países hegemônicos perpassse pelo que acontece na ilha.

Ameaças a soberania de Taiwan são sentidas mesmo em países tidos como hegemônicos. O não-desejo de que a indústria de semicondutores fique sob domínio exclusivo chinês é uma forte motivação para os países aliados dos Estados Unidos, principalmente ocidentais – mas não descartando aliados orientais como Japão e Coreia do Sul -, entrem em conflito bélico para defender a autonomia de Taiwan.

Acordos econômicos são feitos bilateralmente com Taiwan, como se a ilha fosse independente, perpassando a autoridade do governo chinês, que considera este ato uma afronta, mandando mensagem para forças dentro do país que almejam a soberania completa da ilha (G1, 2023, p.1). Porém, apesar da indisposição da China com os Estados Unidos, temos um impasse generalizado onde ambos os países dependem de Taiwan para a produção de semicondutores, inclusive para fazer guerras, pois se trata de matéria-prima essencial utilizada nas indústrias bélicas de todo o mundo.

Também é característica do “escudo de silício” o fato de que diversas indústrias e economias seriam afetadas por um conflito bélico em Taiwan, pois a produção de semicondutores estaria em risco e o custo de uma guerra seria maior que o ganho, mesmo para o lado vencedor do conflito, graças a interdependência complexa que o mundo possui. Duas superpotências, as maiores economias mundiais, Estados Unidos e China, juntos são responsáveis pelos maiores volumes no mercado financeiro, seja de importações ou exportações, inclusive entre as partes, o que os tornam sensíveis e vulneráveis, dependentes uns dos outros.

As demonstrações de poder entre os países na região, seja através de declarações de seus representantes ou de manobras militares, caracterizam um *soft power* para manter o *status quo regional*, não deixando sem resposta as ações de seus rivais, além de demarcarem posição numa tentativa de demonstrar hegemonia.

Antes de iniciar um conflito armado, os países estudam os custos do conflito, e estes custos não são apenas financeiros. Morgenthau (2003, p. 295-320) define este estudo como

“avaliação do poder nacional”, onde além da lógica simplista de avaliar seu poder bélico perante o do adversário, é considerada toda forma de poder no cálculo avaliativo. Relações políticas, geopolítica, custos, tempo... todos estes exemplos fazem parte de uma avaliação de poder. E esta avaliação precisa ser honesta, isenta de nacionalismos, pois apenas um erro de cálculo pode custar a soberania nacional e a prosperidade do país.

Os Estados Unidos dependem de Taiwan em diversos aspectos de sua economia por conta dos semicondutores faz com que não apenas o exército de Taiwan seja levado em conta em uma “avaliação do poder nacional” feita pela China, mas também o dos Estados Unidos e de todos os outros países aliados aos americanos que, por algum motivo, seriam persuadidos a auxiliá-los em um possível conflito armado.

Este é o “escudo de silício” de Taiwan, que prospera devido a dependência mundial dos semicondutores produzidos na ilha rebelde. O quanto esta proteção irá durar? Não podemos precisar. Depende do avanço da tecnologia e do investimento em semicondutores pelos outros países. Mas Taiwan ainda tem outras artimanhas para garantir que perdure este domínio do mercado: o preço de sua mão-de-obra e produção. Países com amplas leis trabalhistas e impostos mais altos dificilmente conseguirão competir com os preços de Taiwan.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento ser alto em Taiwan não causa espanto aos analistas internacionais, pois este investimento também atua como um investimento em defesa nacional, que todo o país possui. Através do investimento e desenvolvimento e da ciência, o “escudo de silício” que permeia a ilha formosa está cada vez mais reforçado, mantendo intacta suas fronteiras, seus quase 24 milhões de ha-

bitantes e resguardando sua autonomia como país independente, que a China insiste em chamar de ‘província rebelde’.

Enquanto persistir a dominância global no mercado dos semicondutores em Taiwan, bem como a continuidade da importância dos mesmos semicondutores como matéria-prima de produtos essenciais para a economia global, um conflito armado na região continuará desestimulado devido ao alto custo e a vulnerabilidade dos países ao produto. O futuro e a vinda de novas tecnologias também podem complicar Taiwan, mas pelos investimentos em educação, tecnologia e desenvolvimento da ilha, os taiwaneses estão se preparando para ele. Com isto, o “escudo de silício” fica cada vez mais reforçado, blindando o país sem levantar nenhuma parede, mas a interdependência complexa o faz mais intransponível que muitos tanques de fabricação chinesa ou americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDEN, Joe. President Biden: What America Will and Will Not Do in Ukraine. **The New York Times**, 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2022/05/31/opinion/biden-ukraine-strategy.html>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BUCHHOLTZ, Katharina. Advanced Microchip Production Relies On Taiwan. **Forbes**, 2023. Disponível em <<https://www.forbes.com/sites/katharinabuchholz/2023/01/13/advanced-microchip-production-relies-on-taiwan/?sh=4d80a-7ba371d>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CAUTI, Caio. Como Taiwan se tornou uma potência econômica (e por que hoje é tão importante para o mundo). **EXAME**, 2022. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/taiwan-potencia-economica-fundamental-china-eua/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DEFENSE MANPOWER DATA CENTER. Number of Military and DoD Appropriated Fund (APF) Civilian Personnel By Assigned Duty Location and Service/Component. **DMDC**, 2023. Disponível em: <<https://dwp.dmdc.osd.mil/dwp/app/dod-data-reports/workforce-reports>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

G1. **EUA e Taiwan assinam acordo comercial; China reclama de ‘sinais erras às forças de independência’**. 01 jun. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/01/eua-e-taiwan-assinam-acordo-comercial-china-reclama-de-sinais-errados-as-forcas-de-independencia.ghml>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4ª ed. Nova York: Longman, 2012.

KO, Jim W. Cold War Triumph: Taiwan democratized in spite of U.S. efforts. **Case Western Reserve Journal of International Law**. Ohio, v. 36, nº 1, p. 137-181, 2004. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1389&context=jil>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

KUNTIĆ, Dario. The Ominous Triangle: China-Taiwan-the United States relationship. *Croatian International Relations Review*, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276511720_The_Ominous_Triangle_China-Taiwanthe_United_States_relationship>. Acesso em: 29 nov. 2023

LIPTAK, Kevin; JUDD, DJ. Biden diz estar disposto a “responder militarmente” se a China invadir Taiwan. **CNN**, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/biden-diz-estar-disposto-a-responder-militarmente-se-a-china-invadir-taiwan/>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, Vol. 93, nº 5, p. 77-89, set-out. 2014a. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24483306>>. Acesso em: 16 nov. 23.

_____, Mearsheimer Response, p. 175-178. In: Faulty Powers: Who Started the Ukraine Crisis? **Foreign Affairs**, Vol. 93, nº 6, p. 167-178, nov-dez 2014b. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24483933>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MCFAUL, Michael. Moscow's Choice, p. 167-171. In: Faulty Powers: Who Started the Ukraine Crisis? **Foreign Affairs**, Vol. 93, nº 6, p. 167-178, nov-dez 2014. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24483933>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MORGENTHAU, H. **A Política Entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.

NORDIN, Johannes; STÜNKEL, Larissa. Issue brief EU-Taiwan semiconductor cooperation: Lopsided priorities?. **Institute for Security & Development Policy**, 2022. Disponível em: <<https://isd.eu/publication/eu-taiwan-semiconductor-cooperation-lopsided-priorities/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

OUNG, Angelica. Ministry tightens Chinese investment regulations. **Taipei Times**, 2020. Disponível em: <<https://www.taipeitimes.com/News/front/archives/2020/12/31/2003749681>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PRASHAD, Vijay. Como a guerra dos EUA sobre os semicondutores de Taiwan pode beneficiar o Japão. **OPERA**, 2023. Disponível em: <<https://revistaopera.com.br/2023/05/25/como-a-guerra-dos-eua-sobre-os-semicondutores-de-taiwan-pode-beneficiar-o-japao/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SESTANOVICH, Stephen. How the West Has Won, p. 171-175. In: Faulty Powers: Who Started the Ukraine Crisis? **Foreign Affairs**, Vol. 93, nº 6, p. 167-178, nov-dez 2014. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/24483933>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SO, Bennis Wai Yip. Reassessment of the state role in the development of high-tech industry: A case study of Taiwan's Hsinchu Science Park. **East Asia**, v. 23, nº 2, p. 61-86, jun. 2006. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12140-006-0023-0>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SWANSON, Ana. U.S. and Japan Reach Deal on Battery Minerals. **The New York Times**, 2023. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2023/03/27/business/economy/us-japan-battery-minerals-deal.html>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TAIWAN. Conselho de Assuntos do Continente. Act Governing Relations Between the People of the Taiwan Area and the Mainland Area. Taiwan, 2022. Disponível em <<https://law.moj.gov.tw/ENG/LawClass/LawAll.aspx?pcode=Q0010001>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

TAIWAN. Regulations Governing Permission and Administration of Securities and Futures Business Dealings and Investments Between the Taiwan Area and the Mainland Area. Taiwan, 2023. Disponível em: <<https://law.moj.gov.tw/ENG/LawClass/LawAll.aspx?pcode=Q0040005>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

THE WHITE HOUSE. Washington Declaration, 2023. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/04/26/washington-declaration-2/>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TUCKER, N. B. (2005). Taiwan expendable? Nixon and Kissinger go to China. **The Journal of American History**. Reino Unido, v. 92, nº 1, p. 109-135, jun. 2005. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jah/article/92/1/109/782900>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ZHEN, Liu. 'Taiwan independence means war': China's defence ministry warns Joe Biden against siding with Taipei. **South China Morning Post**, 2021. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/3119663/taiwan-independence-means-war-chinas-defence-ministry-warns>>. Acesso em: 29 de nov. 2023.



O FUTURO DO TRABALHO ASSALARIADO SEGUNDO A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA PERSPECTIVA DA NOVA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA.

*THE FUTURE OF WAGE LABOR ACCORDING TO THE GENERAL LAW OF
CAPITALIST ACCUMULATION IN THE PERSPECTIVE OF THE NEW TECH-
NOLOGICAL REVOLUTION*

*EL FUTURO DEL TRABAJO ASALARIADO SEGÚN LA LEY GENERAL DE
ACUMULACIÓN CAPITALISTA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA NUEVA
REVOLUCIÓN TECNOLÓGICA.*

Noêmia Lazzareschi ¹

Marcelo Augusto Vieira Graglia ²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2023v20n1p24-38

Recebido em: 15 de agosto de 2023

Aceito em: 06 de fevereiro de 2024

RESUMO

Este artigo discute as transformações que vêm afetando o mundo do trabalho, e suas perspectivas de futuro, segundo a lei geral da acumulação capitalista, especialmente considerando o contexto da nova revolução tecnológica baseada na expansão da inteligência artificial e de outras tecnologias digitais. Aponta, ainda, os fenômenos do taylorismo/fordismo, as crises que os sucederam, o processo de globalização da economia e as implicações sociais da reestruturação produtiva.

Palavras-chave: Futuro Do Trabalho; Lei geral da Acumulação Capitalista; Revolução Tecnológica; Inteligência Artificial.

ABSTRACT

This article discusses the transformations that have been affecting the world of work, and its future prospects, according to the general law of capitalist accumulation, especially

1 Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUCSP. Contato: acyr.noemia@terra.com.br

2 Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP; Engenheiro Mecânico e Mestre em engenharia pela UNESP; Pós-doutor em Inteligência Artificial e Impactos Sociais pela PUC-SP; Prof. do depto. de Administração da PUC-SP e Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital. Contato: marcelograglia@me.com

considering the context of the new technological revolution based on the expansion of artificial intelligence and other digital technologies. It also points out the phenomena of Taylorism/Fordism, the crises that followed them, the process of globalization of the economy and the social implications of productive restructuring.

Key words: The Future Of Work; General Law of Capitalist Accumulation; Technological Revolution; Artificial Intelligence.

RESUMEN

Este artículo analiza las transformaciones que vienen afectando al mundo del trabajo, y sus perspectivas futuras, según la ley general de la acumulación capitalista, especialmente considerando el contexto de la nueva revolución tecnológica basada en la expansión de la inteligencia artificial y otras tecnologías digitales. También señala los fenómenos del taylorismo/fordismo, las crisis que les siguieron, el proceso de globalización de la economía y las implicaciones sociales de la reestructuración productiva.

Palabras clave: Futuro Del Trabajo; Ley General De Acumulación Capitalista; Revolución Tecnológica; Inteligencia Artificial.

INTRODUÇÃO

O início do século XXI marca o advento de uma nova onda de inovação tecnológica, que se forma, especialmente, a partir da expansão das tecnologias digitais. Realidade virtual e aumentada, *blockchain*, computação quântica, robótica avançada e, de forma destacada, inteligência artificial, são parte de um conjunto de tecnologias disruptivas, cujo potencial de aplicação em diversos campos pode impactar fortemente diversos aspectos da vida humana: o social, o econômico, o educacional, entre outros. A magnitude das transformações que já se iniciam permite classificar este fenômeno como uma nova revolução tecnológica (Graglia; Huelsen, 2020).

Sistemas baseados em inteligência artificial e, mais recentemente, os modelos LLM – *Large Language Models*, ou grandes modelos de linguagem, concretizados através do lançamento de produtos como o ChatGPT da empresa Open AI, o Bard, da Google e o Bing do Facebook, são capazes de gerar textos sofisticados, relatórios técnicos, trabalhos escolares, artigos científicos, poemas, códigos de compu-

tação, entre outros, podendo adotar, inclusive, o estilo de autores cujos materiais estejam disponíveis na internet. Também os produtos DALL-E, lançado pela Open AI e o Midjourney desenvolvido pelo laboratório de pesquisa independente Midjourney Inc. localizado na cidade de São Francisco, EUA, processam linguagem natural e são capazes de gerar imagens em diferentes estilos, como imagens foto realistas e mesmo pinturas de objetos ou rostos humanos, por exemplo, a partir de descrições textuais. Estamos, pois, vivendo uma verdadeira revolução tecnológica como desdobramento do processo de reestruturação produtiva que se iniciou nas últimas décadas do século XX com o desenvolvimento das tecnologias da informação de base microeletrônica.

Estas recentes tecnologias digitais têm potencialidade para transformar radical e profundamente não só o mundo do trabalho nos mais diferentes ramos da vida econômica, como também a maioria das atividades humanas e todas as dimensões da vida social e da vida de todas as pessoas no curtíssimo prazo, dado o seu poder de rápida difusão e sua enorme capacidade de substituir tarefas cognitivas típica-

mente, e até então, executadas exclusivamente por humanos.

A análise sociológica das possíveis consequências econômicas, políticas, sociais, culturais de sua utilização nos remete imediata e fundamentalmente não só ao capítulo XXIII do livro I de *O Capital* – O processo de produção capitalista – de Karl Marx, como também ao Manifesto Comunista de Marx e F. Engels, cujo conteúdo é a apresentação clara, simples e resumida da lógica da estrutura do modo de produção capitalista e a antecipação de seus diferentes estágios de realização, fundamento teórico necessário para a compreensão da contemporaneidade.

Não se pretende reproduzir aqui aqueles textos, mas apenas lembrar que a compreensão das novas transformações dos mundos do trabalho e suas implicações sociais está ali sugerida, devendo-se apenas atualizá-las. Reportando-se inicialmente aos séculos XIX e XX, constata-se, tal como previsto por Marx, que alterações nos meios de produção, isto é, no capital constante, provocam alterações na soma global dos salários, isto é, no capital variável. Em outras palavras: alteram a composição orgânica do capital:

“Chamo a primeira composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital” (Marx, 1971, p.713).

As alterações no capital constante, graças, sobretudo, à introdução da máquina a vapor, propiciaram o início do processo de industrialização no século XVIII e sua intensificação no século seguinte, ampliando muito significativamente o número de trabalhadores assalariados,

operários em sua grande maioria, em quase todos os países da Europa ocidental.

Este artigo tem como objetivos demonstrar:

1) os efeitos sociais imediatos e perversos do processo de reestruturação do mundo do trabalho com a introdução das tecnologias digitais, como a inteligência artificial, e de novas técnicas de organização do processo de produção e de prestação de serviços;

2) que os prognósticos mais otimistas sobre as consequências econômicas, políticas, sociais e culturais da introdução das inovações tecnológicas e organizacionais das últimas décadas do século passado que revolucionaram o mundo do trabalho e permitiram vislumbrar o advento de um mundo novo, de uma nova sociedade na qual os trabalhadores disporiam não só de melhores condições materiais de vida, mas, sobretudo, de tempo para sua auto realização, tornando realidade o sonho de toda a humanidade de ter “direito à preguiça”, resultaram do total desconhecimento da lógica da acumulação capitalista.

A argumentação teórica deste artigo se fundamenta na literatura nacional e internacional da Sociologia Geral e da Sociologia do Trabalho, cujo conteúdo permite o aprofundamento da análise e compreensão das diferentes etapas do processo de realização e desenvolvimento do modo de produção capitalista, tal como indicadas nos três diferentes itens que o constituem.

O primeiro item ou seção deste artigo trata de demonstrar as repercussões sobre o mundo do trabalho, a vida econômica e a vida social da introdução e consolidação das inovações organizacionais e tecnológicas que deram origem a duas novas formas de organização do processo de trabalho, conhecidas como “taylorismo” e “fordismo”.

Em seguida, no item II, uma análise da crise econômica dos anos 60 e as reações das empresas e dos governos estabelecidos para o seu enfrentamento, cujo processo culminou com uma nova reestruturação do processo de trabalho e com a globalização da economia.

Reestruturação do processo de trabalho e suas implicações sociais é a questão do item III deste texto. Aqui a preocupação é apresentar o “toyotismo”, uma nova forma de organização do processo de trabalho que conjuga novas tecnologias de base microeletrônica e novas técnicas gerenciais de trabalho, dando início à uma verdadeira revolução no mundo do trabalho com o desenvolvimento das tecnologias da informação, hoje tecnologias digitais, ferramentas da indústria 4.0 e do ChatGPT.

Esse item do artigo se desdobra na análise das implicações sociais das inovações tecnológicas e organizacionais em curso, tais como o aumento dos índices de desemprego e do mercado informal de trabalho, a exigência de novas e sofisticadas competências profissionais, a consolidação de novas e precárias relações de trabalho, etc.

E nas Considerações Finais encontra-se um breve retrospecto da situação atual vivida pelos trabalhadores de todos os países industrializados do mundo, caracterizada pelo agravamento de suas possibilidades nos mercados de trabalho e, portanto, pelo agravamento de suas possibilidades de sobrevivência que, no entanto, poderá ser a origem de novos rearranjos institucionais como expressão de novas formas de resistência dos trabalhadores atingidos.

TAYLORISMO/FORDISMO: “AUMENTAR CAPITAL É, PORTANTO, AUMENTAR O PROLETARIADO”

O século XX assistiu ao assalariamento da maior parte das populações dos países industrializados com a consolidação do taylorismo e, fundamentalmente, do fordismo, como formas de organização do processo de trabalho, seja do trabalho de produção de bens, seja do processo de prestação de serviços, comprovando a tese do capítulo XXIII de O Capital segundo a qual “Aumentar o capital é, portanto, aumentar o proletariado.” (Marx, 1971, p. 714).

Com efeito, por suas especificações técnicas e organizacionais, com ênfase na acentuação da divisão técnica do trabalho, taylorismo/fordismo geraram milhões e milhões de empregos; aumentaram a produtividade do trabalho e as taxas de lucros dos capitalistas, pois quanto maior o número de trabalhadores assalariados maior sempre será a produtividade do trabalho nas condições tecnológicas dadas e, em decorrência, maior será a taxa da mais-valia; elevaram os salários; tornaram possível a distribuição de muitos benefícios sociais devido ao fortalecimento do poder de barganha dos sindicatos; baratearam as mercadorias e permitiram o ingresso dos trabalhadores na sociedade de consumo, considerando-se que a produção padronizada em massa exigia e exige a mesma proporção de consumo, ou seja, consumo de massa.

Por tudo isso, taylorismo/fordismo perduraram nos Estados Unidos como formas de organização predominantes do processo de trabalho por mais de sete décadas no século passado, mesmo porque o sucesso econômico que provocaram não incentivava inovações de

produtos e muito menos inovação do processo de produção dada a elevada imobilização de capitais de sua estrutura técnica. E o sucesso econômico que provocaram está sintetizado nas conhecidas expressões como: “Anos Dourados”, “Anos Gloriosos”, “Décadas de Ouro” como referência aos anos de considerável crescimento econômico que marcaram o século XX no período pós Segunda Grande Guerra, graças à universalização dessas duas formas de organização do processo de trabalho.

No entanto, tal como previsto ainda no capítulo XXIII, a batalha da concorrência entre muitos capitais individuais, já concentrados, mas ainda não centralizados, só pôde ser enfrentada com mudanças significativas na própria organização empresarial e do processo de trabalho para permitir a redução dos preços das mercadorias com o aumento ainda maior da produtividade. E para tal foi, e sempre será, necessário primeiramente investir maciçamente em ciência e tecnologia, o que demandou, e sempre demandará, vultosos investimentos dos governos, ou dos grandes capitalistas ou, ainda, dos grandes capitais que se formaram a partir da criação das sociedades anônimas ou da fusão de muitos capitais, eliminando os pequenos e fazendo surgir a centralização dos capitais.

“A centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escala de suas operações. É o mesmo o efeito econômico dessa ampliação, decorra ele da acumulação ou da centralização. E tanto faz que a centralização se realize pela via compulsória da anexação, quando certos capitais se tornam centros de gravitação tão poderosos que quebram a coesão individual de outros capitais, absorvendo seus fragmentos, ou mediante a fusão de capitais já formados ou em formação, obtida por meio de processo mais suave de constituição de sociedades anônimas” (Marx, 1971, pp.728 - 729).

Mas a centralização do capital não foi suficiente para enfrentar a concorrência, agora concorrência entre grandes capitais centralizados, isto é, grandes oligopólios. Outras providências foram necessárias, como a multinacionalização do capital para reduzir ainda mais os custos da produção com a instalação de unidades produtivas em países de industrialização atrasada, com abundante força de trabalho politicamente desorganizada, submetida a baixos salários, e que ofereciam garantia de generosos incentivos fiscais, sem citar a falta de restrições legais e regulatórias sobre as condições de segurança no trabalho e gestão ambiental, que costumam demandar investimentos importantes para obtenção de conformidade.

Além disso, a ampliação dos mercados era, e é, condição indubitável para a sobrevivência dos grandes capitais – tanto industriais quanto financeiros – pois, como se sabe, a realização dos lucros se efetiva no processo de circulação das mercadorias, isto é, no ato da venda das mercadorias. E à medida, que o excesso de competição e a saturação dos mercados, coloca pressão sobre os resultados financeiros das empresas capitalistas, estas buscam possibilidades de explorar novos mercados. Assim, como afirmavam Marx e Engels no Manifesto Comunista:

“A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais.” “Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e ideias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar. Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie” (Marx; Engels, 1978, pp. 96-97).

A CRISE DOS ANOS 60, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Nas últimas décadas do século passado, surgiram novos padrões de concorrência em virtude da própria multinacionalização do capital e da recuperação da economia japonesa agora elevada à potência mundial, cuja consequência inevitável foi uma nova divisão internacional do trabalho ao transformar países da América Latina – Brasil, Argentina, México – e do Sudeste da Ásia – Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Malásia, Indonésia, Filipinas – até então exportadores de bens primários, em países industrializados e exportadores de bens duráveis, acirrando a competição internacional e ameaçando os interesses econômicos dos USA e dos países industrializados da Europa.

Ironicamente, a nova divisão internacional do trabalho foi um dos fatores determinantes da crise da economia mundial - crise de consumo - que teve início na segunda metade da década de 1960 e atingiu seu ponto culminante em 1973, quando os países produtores criaram a OPEP e elevaram o preço do barril do petróleo, insumo industrial insubstituível, provocando, em decorrência, o aumento dos preços das mercadorias. O enfrentamento da crise e da concorrência internacional obrigou as empresas a novas e importantes decisões que, mais uma vez, transformaram o mundo do trabalho, imprimindo-lhe uma nova fase e determinando o aparecimento de um novo perfil de trabalhador, tal como demonstram as análises de Eric Hobsbawm (1995), Manuel Castells (1999), David Harvey (1992), dentre outros historiadores e cientistas sociais que aqui são retomadas e assim interpretadas:

1ª) Tornava-se evidente o esgotamento relativo do paradigma taylorista/fordista por sua rigidez tecnológica e organizacional que inviabilizava a inovação de produtos com sua produção padronizada em massa; como enfrentar uma crise de consumo produzindo-se em grandes quantidades sempre os mesmos produtos?

2ª) A instabilidade dos mercados exigia adaptação da produção ao dinamismo da demanda, agora assentada na exigência de inovação e qualidade dos produtos, subvertendo a organização do trabalho ao sobrepor a demanda à produção;

3ª) O aparecimento de novos padrões de consumo a exigir a inovação de produtos;

4ª) A globalização financeira, com o fim do Tratado de Bretton Woods, da qual se tornaram reféns todos os países do mundo, sobretudo aqueles em processo de desenvolvimento, onerando com juros altos e desregulamentados as atividades produtivas já pressionadas pela elevação dos preços dos insumos industriais devido à crise do petróleo com a formação da Organização dos Países Produtores de Petróleo;

5ª) A rígida regulamentação dos mercados de trabalho em vários países industrializados e as pressões sindicais que aumentaram os salários ao longo dos Anos Dourados e exigiram benefícios sociais, com o consequente aumento de impostos e encargos sociais dificultando a sobrevivência de muitas empresas e/ou reduzindo consideravelmente a sua margem de lucros, o que significa redução de investimentos. (Lazzareschi, 2008)

Nesse novo cenário econômico mundial, as empresas iniciaram o trabalho de adaptação das tecnologias de informação de base microeletrônica (tecnologias desenvolvidas sobretudo, mas não exclusivamente, pela NASA – National Aeronautics and Space Ad-

ministration – durante o período mais crítico da Guerra Fria). Também os processos produtivo e de prestação de serviços foram conjugados aos métodos gerenciais do processo de trabalho aprimorados no Japão – toyotismo –, consolidando uma nova reestruturação produtiva. Suas características principais permitiram, nas palavras de David Harvey (1992, p. 141), a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo, desatando-se os três nós górdios que provocaram a crise econômica mundial. Estas características deram origem à uma nova forma de acumulação do capital, pelo autor denominada de acumulação flexível.

Novamente, não foi suficiente a reorganização tecnológica e organizacional do processo de trabalho. Era necessário, ao mesmo tempo, ampliar os mercados consumidores, ou seja, era necessário intensificar a internacionalização dos mercados com a redução das barreiras alfandegárias e a formação de blocos econômicos com os países vizinhos ou mesmo com países de outros continentes, via tratados de cooperação, para garantir mercado para os produtos das empresas situadas nos Estados nacionais constituintes daqueles blocos.

Além disso, o desenvolvimento tecnológico também tornou possível a internacionalização do processo de produção e de prestação de serviços graças à internacionalização da terceirização e da subcontratação, inaugurando a era das empresas em rede, um dos pilares da reorganização das empresas fundada nos princípios do toyotismo dos anos 70 –, juntamente com o sistema just-in-time/kanban, cuja característica principal é a produção orientada pela demanda, que supõe o fim ou redução significativa dos estoques e o controle total da qualidade do trabalho.

O resultado desse processo foi a consolidação de uma nova lógica empresarial que provocou, dentre outras consequências, a desestruturação dos mercados de trabalho ao dispersar o processo de produção e de prestação de serviços pelo mundo, cujos desdobramentos imediatos se expressam no aumento do desemprego e do mercado informal de trabalho; no desaparecimento de muitas ocupações e surgimento de outras para as quais se exigem novas competências profissionais (Graglia; Basílio; Almeida, 2022); no estabelecimento de novas e precárias relações de trabalho (terceirização, contrato temporário de trabalho, jornada parcial de trabalho, banco de horas, pejotização, trabalho intermitente e, mais recentemente, uberização ou plataformização das relações de trabalho); na redução do poder de barganha dos sindicatos; no aprofundamento da desigualdade entre regiões, países e continentes, dada a desigualdade na apropriação do conhecimento científico e tecnológico. Assim, mais uma vez, confirma-se a tese de Marx e Engels apresentada no Manifesto Comunista:

“A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou estão se destruindo dia a dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas” (Marx; Engels, 1978, p. 97).

AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

E quais as consequências humanas e sociais de todo esse processo de modernização tecnológica e organizacional em curso desde as últimas décadas do século passado e que hoje atingiu seu ponto culminante com as mais sofisticadas tecnologias digitais, como a inteligência artificial e suas recentes ferramentas como o ChatGPT e seus modelos de negócio como a Indústria 4.0? As consequências são muitas e de inusitada gravidade, dada a sua potencialidade para provocar problemas sociais cuja solução não se vislumbra nos curto e médio prazos:

Em primeiro lugar, o problema considerável da redução dos postos de trabalho a partir da automatização e robotização do processo de produção e da introdução de novas formas de execução do trabalho em todos os setores da vida econômica que se transformam graças à utilização da inteligência artificial, automação robótica de processos (ou RPA - Robotic Process Automation), blockchain, big data e da profusão de aplicativos para a satisfação de um sem número de necessidades sociais, além da recente introdução dos sistemas de inteligência artificial do tipo grandes modelos de linguagem, que deverá transformar ainda mais profundamente os mundos do trabalho e a vida das pessoas.

A redução dos postos de trabalho e suas implicações sobre a classe trabalhadora estão claramente previstas nos dois textos eleitos como orientação teórica para a elaboração deste artigo. Assim, o capítulo XXIII de O Capital trata de demonstrar que as alterações na composição orgânica do capital com a introdução de novos meios de produção ou novas

forças produtivas, especialmente novas tecnologias, resulta na produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, ou ainda, de uma população excedente, que pode assumir diferentes formas: flutuante, latente e estagnada.

“A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada” (Marx, 1971, p.743).

Marx denomina de latente a superpopulação relativa que ora é repelida, ora atraída em quantidade maior, segundo a escala da produção. O fluxo de trabalhadores do campo para as cidades gera no próprio campo uma população supérflua que Marx denomina de população supérflua sempre latente,

“cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais se abrem todas as comportas dos canais de drenagem. Por isso o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo.” (Marx, 1971, p. 746)

A terceira categoria é a superpopulação relativa estagnada, assim caracterizada por Marx:

“...ela constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-se a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo salário caracterizam sua existência.” (Marx, 1971, p.746)

No Brasil, segundo a PNAD do IBGE publicada em 07 de junho de 2023, o desemprego atinge 8,3% da população economicamente ativa, ou seja, o equivalente a 9 milhões de pessoas. A reforma da CLT de 2017 regulamentou relações de trabalho muito próximas por sua precariedade daquelas que caracterizam a população estagnada, segundo Marx: o trabalho em domicílio, o contrato de trabalho intermitente e, sobretudo, o trabalho platformizado ou, vulgarmente, trabalho uberizado. Marx também se refere a outras categorias da superpopulação relativa de trabalhadores atingidos pelo desenvolvimento da estrutura econômica capitalista e os classifica como “primeiro, os aptos para o trabalho; “segundo, os órfãos e filhos de indigentes”; “terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar”. (Marx, 1971, pp.744-745)

Na atualidade, podemos fazer menção às categorias de trabalhadores temporariamente desempregados e, portanto, temporariamente excluídos do mercado formal de trabalho à espera de conjunturas econômicas geradas de emprego e aos excluídos do mercado formal de trabalho seja por falta de qualificações ou competências profissionais demandadas pelo mercado de trabalho, seja por falta de condições morais para trabalhar. Para David Harvey (1992), desde as últimas décadas do século passado, a situação dos trabalhadores no mercado de trabalho tem se agravado muito e sua representação consta da segunda parte de seu livro *Condição Pós-Moderna*. Segundo o autor, a estrutura do mercado de trabalho é constituída de um centro composto de empregados:

“em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização” (*Flexible Patterns of Work* (1986), do Institute of Personnel Ma-

nagement), grupo que diminui cada vez mais e que se caracteriza por suas competências profissionais de flexibilidade, adaptabilidade e mobilidade geográfica. E a periferia é composta de dois grupos periféricos: “o primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho” e caracterizados por uma alta taxa de rotatividade; o segundo grupo “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público (Harvey, 1992, p. 144).

Para Castells, (1999) a economia informacional, global e em rede, cujo substrato material são as tecnologias da informação, isto é, as tecnologias digitais – “...distingue-se *por uma tendência a aumentar a desigualdade social e a polarização*, seja, o crescimento simultâneo de ambos os extremos da escala social, o mais alto e o mais baixo.” (Castells, 1999, p.420). Também Ricardo Antunes (2019, p.19) se refere a esse processo de polarização ao tratar do proletariado de serviços, “...*call centers*, telemarketing, indústria de software e tecnologias de informação e comunicação, hotelaria, shopping centers, hipermercados, *fast-food*, grande comércio, entre tantos outros” submetido à degradação das condições de trabalho, seja pela natureza do próprio trabalho – digitação, por exemplo, seja pelos baixos salários ou pelas relações que se estabelecem entre capital e trabalhadores: trabalho intermitente, temporário, autônomo, desregulamentado.

A polarização se expressa no aumento da desigualdade social no seio mesmo da classe trabalhadora se considerarmos os fundamentos da teoria da estratificação social cujo foco são a renda e a posição social. Com efeito, constata-se uma diferenciação entre traba-

lhadores altamente qualificados, com novas e sofisticadas competências profissionais, considerados essenciais para as empresas pela capacidade de mobilização de seus saberes – saber fazer, saber ser, saber agir – e a grande maioria dos trabalhadores facilmente substituíveis, seja por outros com as mesmas baixas qualificações profissionais, seja pela automatização ou robotização das tarefas, tornando-se trabalhadores dispensáveis e, portanto, inexploráveis. No entanto, lembremos, tal como o faz Claus Offe (1985) que:

“quanto mais garantido e protegido institucionalmente é o emprego, menos atraente é para os investidores empregar mais trabalhadores. Portanto, as vantagens para os empregados criam riscos para a existência de empregos, devido às estratégias racionais de mercado dos investidores e empregadores” (Offe, 1985, p. 96).

O avanço no desenvolvimento das novas tecnologias digitais tende a agravar ainda mais o cenário do desemprego, das relações precarizadas de trabalho e do trabalho informal, com implicações políticas muito graves por sua potencialidade de gerar problemas sociais que, embora previstos desde as décadas anteriores, continuam a preocupar as populações de todos os países do mundo pelas dificuldades de solução.

São vários os problemas que decorrem do cenário acima apontado: se a fonte principal dos lucros do capital é a extração da mais valia, isto é, a exploração do trabalho vivo, como obter lucros se os trabalhadores estão sendo substituídos por máquinas e tecnologias digitais sempre mais sofisticadas? Como garantir o consumo da produção e dos serviços se os trabalhadores não têm empregos? Como garantir a produção da riqueza se os investimentos não forem lucrativos? Como, então, garantir

a reprodução simples e a ampliada do capital? Marx e Engels respondem essas perguntas no Manifesto Comunista, afirmando que o desenvolvimento da estrutura econômica capitalista leva a burguesia a cavar sua própria cova.

“O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, abala a própria base sobre a qual a burguesia assentou seu regime de produção e de apropriação. O que a burguesia produz principalmente são seus próprios co-veiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (Marx; Engels, 1987, p.105).

Em segundo lugar, o problema da formação da força de trabalho em países emergentes como o Brasil, nos quais a grande maioria da população trabalhadora não tem acesso a escolas e universidades pautadas pelos padrões de excelência para permitir aos trabalhadores a aquisição das competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Lembremos que, na medida em que as novas tecnologias e as novas técnicas gerenciais, isto é, a nova lógica organizacional do processo de trabalho tende a fazer desaparecer os postos de trabalho individualmente assumidos, enfatizando a noção de processo e não mais a estrutura e função, perde significado o conceito de qualificação profissional elaborado para indicar as qualificações do emprego, do posto de trabalho, ou seja, as dificuldades para a realização das tarefas a ele inerentes e as qualidades ou qualificações requeridas do trabalhador para realizá-las bem. Por isso, a substituição do conceito de qualificação profissional pelo conceito de competência profissional.

O conceito de competência concentra-se nas qualidades intelectuais, mentais, culturais, sociomotivacionais do trabalhador e que lhe permitem a compreensão da totalidade do processo de trabalho, a versatilidade em várias

tarefas, a capacidade de tomar decisões rápidas e corretas e a participação em equipes multifuncionais. Assim, o conceito de competência profissional enfatiza o necessário desenvolvimento das potencialidades de inteligência, criatividade, espírito crítico e iniciativa e a aquisição de conhecimentos como condição para a empregabilidade, o que demanda maciços investimentos governamentais na educação escolarizada, investimentos inviáveis na grande maioria dos países nos curto e médio prazos e cujos resultados são colhidos no mínimo uma década depois.

Além disso, as novas ferramentas da inteligência artificial deverão revolucionar uma vez mais a educação, segundo o fundador do ChatGPT, Sam Altman, conforme reportagem publicada pelo jornal O Estado de São Paulo do dia 18 de junho de 2023. Num colóquio com estudantes em Tóquio, na Universidade Keio, Sam Altman fez as seguintes afirmações:

“Provavelmente, as redações nunca mais serão as mesmas. Temos uma nova ferramenta na educação. Como uma calculadora para as palavras. E a forma como ensinamos terá que mudar, e a forma como os estudantes são avaliados também vai ter de mudar” (Altman, Sam in Jornal O Estado de São Paulo, Caderno Metrópole, p. A17).

Apesar da proximidade com as novas ferramentas da inteligência artificial, seus criadores ainda não apontaram o rumo da necessária revolução da educação escolarizada. Não sabem responder as questões mais fundamentais: O que aprender? Como ensinar? Como avaliar as competências das pessoas? E como selecioná-las para um emprego, para a realização de um trabalho? Não há dúvida de que o objetivo primordial da educação escolarizada será sempre o desenvolvimento das potencialidades da natureza humana para realizá-la em sua pleni-

tude. E para o mundo do trabalho? Quais serão as novas específicas competências cobradas dos trabalhadores? (Lazzareschi; Graglia, 2023).

Em terceiro lugar, a questão das políticas sociais que marcaram o nascimento dos *welfare states*, isto é, o nascimento dos Estados de Bem Estar Social com a distribuição de muitos benefícios sociais, como educação, assistência médica e hospitalar, aposentadoria, seguro desemprego, licença saúde, etc., num contexto atual de grave problema econômico com graves repercussões políticas e sociais: o desemprego, a informalidade e mesmo as relações regulamentadas, porém precarizadas, de trabalho reduzem consideravelmente a arrecadação das contribuições previdenciárias que garantiam a distribuição daqueles benefícios e tendem a inviabilizar a sua manutenção.

No Brasil, embora muito acanhados, milhões de pessoas deles dependem para sobreviver e para amenizar a indignidade das condições precárias em que vivem. Reduzi-los ainda mais e/ou, na pior das hipóteses, suprimi-los, é provocar um verdadeiro caos político e social de consequências imprevisíveis. Reformas tanto da legislação trabalhista quanto da previdenciária foram feitas recentemente com muitas dificuldades, depois de muitos anos de discussão acalorada, e deverão ser refeitas para reduzir ainda mais o déficit financeiro que sempre provocaram. De qualquer maneira, alguém deverá pagar a conta e essa é mais uma questão já formulada e que continua sem resposta.

Em quarto lugar, a questão do enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos, ressaltando-se, no entanto, que esta ordem de apresentação não significa a classificação da importância das questões que hoje se impõem enfaticamente para todos, pois todas têm o mesmo grau de importância por gerarem pro-

blemas sociais de difícil solução nos curto e médio prazos. As transformações do mundo do trabalho institucionalizaram as negociações diretas entre empregadores e trabalhadores, empresa por empresa, e o negociado se sobrepôs ao legislado, o que se consolidou com a reforma da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, dando início ao processo de transformação do padrão regulatório das relações de trabalho no Brasil e do padrão de ação sindical.

Com efeito, pode-se identificar o início da mudança do padrão de ação sindical já nos anos de 1990, quando de conflitivo passou a ser negociador com a experiência da câmara setorial do setor automotivo, por exemplo, e com os acordos celebrados entre capital e trabalho relacionados com a organização, gestão e estratégia industrial que deram prosseguimento a esse processo, tal como aquele que se estabeleceu entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a Volkswagen do Brasil referente à reestruturação produtiva dessa empresa multinacional.

São muitos os autores que compartilham dessas análises sobre o comportamento sindical dos trabalhadores das indústrias modernas e sobre as dificuldades dos sindicatos na manutenção de seu papel tradicional de representação e de defesa expressa dos interesses desses trabalhadores. Dentre os autores, citem-se Leôncio Martins Rodrigues (1999), Manuel Castells (1999), Ricardo Antunes e João Batista dos Santos (2015). Algumas citações, apesar de longas, devem ser aqui apresentadas:

“Entre os fatores de debilitamento da solidariedade dos trabalhadores estão a dispersão da produção (às vezes por países diferentes e distantes); a redução da dimensão das unidades de fabricação e o aumento da produção em pequenas empresas: a maior mobilidade do capital internacional; a tendência em direção

a acordos por empresas e locais de fabricação; a flexibilização da produção, das normas e regulamentos que regiam tarefas, hierarquias e carreiras dos empregados; a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões, da maior presença da mulher e dos imigrantes no conjunto da mão de obra. O resultado desses novos desenvolvimentos não é apenas o fim (ou o começo do fim) do velho modelo taylorista-fordista, mas também, como dificilmente poderia deixar de ser, da velha classe operária sobre a qual se apoiara o sindicalismo como fenômeno de massa” (Rodrigues, 1999, p. 177).

São afirmações que se repetem em numerosos outros textos, como no volume I do livro “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, onde se lê:

“Os sindicatos de trabalhadores, principal obstáculo à estratégia unilateral de reestruturação, foram enfraquecidos por sua incapacidade de representar os novos tipos de trabalhadores (mulheres, jovens, imigrantes), de atuar em novos locais de trabalho (escritórios do setor privado, indústria de alta tecnologia) e de funcionar nas novas formas de organização (a empresa em rede em escala global) (Castells, 1999, p. 350).

Quanto à mudança do padrão de ação sindical de conflitivo para negociador, a citação a seguir é esclarecedora e foi extraída do artigo “Para onde foram os sindicatos” de Ricardo Antunes e João Batista dos Santos:

“Para onde foram os sindicatos? Esse é o tema proposto para esse dossiê. Nossa resposta à hipótese apresentada no início deste artigo é que as últimas décadas parecem empurrar o novo sindicalismo em direção a uma esdrúxula combinação, síntese de, ao menos, três movimentos: a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a forte influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada, ainda, pelo culto da negociação e defesa do cidadão. Vale dizer que cada um destes elementos pode ter prevalência em diferentes conjunturas” (Antunes; Dos Santos, 2015, p. 525).

A compreensão das consequências do processo de modernização das empresas sobre o mercado de trabalho, isto é, sobre o emprego e sobre a empregabilidade, em outras palavras, o temor do desemprego, foi um dos fatores determinantes para a adoção do padrão negocial da ação sindical, mesmo porque a preocupação e a reivindicação principais e imediatas eram, e ainda são, a defesa do emprego ameaçado pelo desenvolvimento tecnológico em curso nos países industrializados e que, inevitavelmente, atingiria as empresas que se recusassem a aceitá-lo.

O ímpeto revolucionário do século XIX foi abandonado no século XX quando a classe trabalhadora, ao participar do jogo político institucionalizado pela burguesia, obteve muitas vitórias na luta pela melhoria nas suas condições de trabalho, de salário e de vida, tal como acima mencionadas, vitórias possibilitadas pelo crescimento econômico provocado não só pela organização taylorista/fordista do processo de produção e de prestação de serviços, como também pelo processo de recuperação da economia mundial destrozada pelas duas grandes guerras. E de revolucionário o movimento sindical tornou-se conflitivo ou de confronto, lutando sempre por melhorias imediatas nas condições de vida de todos os trabalhadores.

Como o processo de modernização tecnológica e organizacional é muito desigual, atingindo diferentemente países e continentes, ainda é possível acreditar na conquista e manutenção de um emprego, de baixa qualidade na maioria dos casos, é verdade, e na manutenção dos direitos sociais adquiridos por mais alguns anos. Daí a tendência à celebração de acordos entre as partes e o sindicalismo de negociação que, paradoxalmente, admite e até incentiva a individualização das condições de trabalho e de salário, fator importante no enfraquecimen-

to do próprio movimento sindical. Mas, até quando? Segundo Marx e Engels, tal como se lê no Manifesto Comunista, até a próxima etapa do processo de desenvolvimento da estrutura do modo de produção capitalista, isto é, até a próxima etapa de realização de sua lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável considerar que os trabalhadores do mundo inteiro vivem hoje um dos dilemas mais dramáticos de sua experiência histórica. Aceitar a introdução das inovações tecnológicas em curso significa ter de enfrentar os seus efeitos perversos. Ao mesmo tempo, não a aceitar também significa ter de enfrentar outros efeitos perversos provenientes da diminuição do ritmo do crescimento e desenvolvimento econômicos.

E, como efeitos perversos, tal como acima indicados, elencamos:

1) a ameaça de desemprego agravada pelo surgimento e expansão das tecnologias digitais, como a inteligência artificial, com alta capacidade de substituição do trabalho humano em diversas atividades;

2) a ameaça de desinvestimento, isto é, a intensa mobilidade dos capitais, nacionais e internacionais que, como demonstrou Buraway nesta afirmação muito conhecida “O novo despotismo é a tirania racional da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo” (1985, p. 150), mobilidade dos capitais que se deve compreender como a nova forma de controle sobre a força de trabalho e um freio para o desenvolvimento de suas reivindicações;

3) o acirramento da concorrência internacional: a economia globalizada aumenta os riscos de desemprego devido à maior vulnerabilidade das empresas ante as exigências do mercado;

4) a especificidade da elevada qualificação do trabalhador, incrementada também pelos processos de transformação digital, aumenta o grau de sua dependência da empresa, embora seja, ao mesmo tempo, e em certa medida, fator da dependência maior da empresa em relação ao trabalhador.

Além disso, convém insistir na insegurança no mercado de trabalho que se expressa nas altas taxas de desemprego; na insegurança no emprego que se expressa na redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e na adoção de novas e precárias relações de trabalho; na insegurança na renda que se deve à flexibilização dos salários segundo a situação de cada empresa (financeira, rentabilidade, etc.) e de cada trabalhador (salário por produtividade); na insegurança na contratação do trabalho que se expressa na individualização do contrato de trabalho; na insegurança na representação do trabalho que se expressa no declínio dos índices de sindicalização e no enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos (Mattozzo, 1995).

No entanto, convém também lembrar que os trabalhadores jamais assistiram, e não há razões para acreditar-se que assistiram inertes a seu próprio massacre. Tal como sempre reagiram, vão reagir uma vez mais às situações que lhes são adversas para a realização de seus interesses e expectativas, individuais e coletivos, exigindo o surgimento de novos arranjos institucionais que lhes sejam favoráveis ou simplesmente retirando o seu consentimento com as novas condições de trabalho (Graglia; Huelsen; Lazzareschi, 2021). Na verdade, se no presente vivem essa situação de insegurança, não se pode eximi-los de responsabilidade, pois que com elas consentiram como fruto de

suas avaliações racionais das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias. Em outras palavras: aceitaram e estão aceitando os riscos próprios de todo processo de mudança e saberão elaborar estratégias ostensivas de defesa de seus interesses se julgaram necessário, como sempre fizeram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Salman. Reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, edição de 18 de junho de 2023, Caderno Metrópole, p. A17, disponível em <<https://www.estadao.com.br>>. Acesso em 18 de junho de 2023
- ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In ANTUNES, Ricardo (organizador). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV** – trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANTUNES, Ricardo e DA SILVA, João Batista. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75 – set; dez. 2015, ISSN 0103-4979, pp. 511/525.
- BURAWAY, M. **The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism**. England: Verso, Thetford Press, 1985.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1. A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra.
- GRAGLIA, Marcelo Augusto Vieira; BASILIO Patrícia Cristina de Souza; ALMEIDA, Evandro. Soft skills and patterns created by robotization in the labor market. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 13, n.4, p. 186-194, nov. - dez. 2022.
- GRAGLIA, Marcelo Augusto Vieira; HUELSEN, Patricia Giannoccaro von. The Sixth Wave of Innovation: Artificial Intelligence and The Impacts on Employment. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 3-17, jan-fev. 2020.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD CONTÍNUA – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO**, junho de 2023.
- LAZZARESCHI, Noêmia; GRAGLIA, Marcelo Augusto Vieira (Org.). **Transformações no mundo do trabalho: tensões e perspectivas**. São Paulo: EDUC, 2023.
- LAZZARESCHI, Noêmia; GRAGLIA, Marcelo Augusto Vieira; HUELSEN, Patricia. As formas de resistência dos trabalhadores no contexto da indústria 4.0 e da inteligência artificial. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 193-207, maio/ago. 2021.
- LAZZARESCHI, Noêmia. **Sociologia do Trabalho**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro Primeiro – O processo de produção do capital, volume II. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista in LASKI, Harold J. – **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

OFFE, Claus. O futuro do mercado de trabalho. In OFFE, Claus (org.). **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo: Editora da USP: Fapesp, 1999.



Adis Abeba como modelo de reflexão sobre a Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento de uma Cidade Global na África Oriental

Addis Abeba como modelo de reflexión sobre la cooperación Sur-Sur y el desarrollo de una Ciudad Global en África Oriental

Addis Ababa as a model for reflection on South-South Cooperation and the development of a Global City in East Africa

Recebido em: 7 de março de 2022
Aprovado em: 21 de setembro de 2023

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2023v20n1p39-50

João Pedro Silveira Martins¹

Resumo

Este artigo visa aprofundar a compreensão acerca de como as políticas de cooperação sino-etíopes, inseridas no contexto das relações Sul-Sul, estão moldando novas dinâmicas de poder descentralizado no Sul Global e contribuindo para a formação de uma cidade global em solo africano. O presente artigo inicia por explorar a abordagem da política externa chinesa em relação à Etiópia e, em seguida, lança um olhar detalhado sobre um estudo de caso que aborda a emergência de Adis Abeba como um notável polo tecnológico, político e econômico, solidificando-se como uma forte candidata a se tornar a próxima Cidade Global Sub-Saariana.

Palavras-Chave: Cidade Global – Etiópia – China - Adis Abeba – Cooperação Sul-Sul

Abstract

This article seeks to comprehend how Sino-Ethiopian cooperation policies, within the context of South-South relations, are generating new dynamics of decentralized power in the Global South and contributing to the emergence of a global city in Africa. The paper begins by delving into China's foreign policy approach towards Ethiopia and subsequently conducts a concise case study on the construction of a technological, political, and economic vanguard in the city of Addis Ababa, positioning it as a strong contender to become the next Sub-Saharan Global City.

Keywords: Global City – Ethiopia - China - Addis Ababa - South-South Cooperation

¹ Doutor em Sociologia pela Universitat Autònoma de Barcelona. Pesquisador no Centre d'Estudis i Recerca en Migracions e fundador da consultora Bela Vista Education for Development. Contato: jipemartins@gmail.com.

Resumen

Este artículo trata de comprender cómo las políticas de cooperación sino-etíopes, en el contexto de las relaciones Sur-Sur, están generando nuevas dinámicas de poder descentralizado en el Sur Global y contribuyendo al surgimiento de una ciudad global en África. El artículo comienza profundizando en el enfoque de la política exterior china hacia Etiopía y posteriormente realiza un conciso estudio de caso sobre la construcción de una vanguardia tecnológica, política y económica en la ciudad de Addis Abeba, posicionándola como una firme aspirante a convertirse en la próxima Ciudad Global subsahariana.

Palabras clave: Ciudad Global - Etiopía - China - Addis Abeba - Cooperación Sur-Sur.

Introdução: China em África

A China consolidou sua posição como um dos principais importadores de commodities da África durante sua fase de amplo crescimento econômico nas duas primeiras décadas do século 21. Essa afirmativa chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento dos países africanos nos anos recentes está diretamente e intimamente ligado ao progresso chinês, por meio da venda de produtos agrícolas e petróleo para o país asiático. Entretanto, as relações sino-africanas ultrapassaram a simples troca de commodities e passaram a estabelecer um outro núcleo de operações na cooperação para o desenvolvimento, o que tem suscitado debates sobre a natureza do modelo de cooperação adotado no Sul Global. (Vadell et al, 2014).

Um ponto de interesse digno de observação neste “modelo” de cooperação reside na transição do discurso baseado na doação e ajuda ao desenvolvimento, adotado pelos doadores, para uma abordagem de “ajuda” ao desenvolvimento apresentada pelo próprio governo chinês. A China estabelece parcerias com diferentes regiões do Sul Global (Sharma, 2016; Li, 2013; Harris, R L., Y Arias, A. A, 2016), especialmente no contexto deste estudo, com a África, em consonância com sua própria ideologia de política externa, que se apoia em in-

teresses econômicos mútuos com essas nações. Estas noções de assistência sofreram várias transformações nos últimos anos. Os investimentos diretos estrangeiros em países africanos eram inicialmente modestos até os primeiros anos do século XXI, mas agora eles representam um dos pilares centrais da cooperação econômica chinesa com essas nações (Hackenesch, 2011; Zhang, 2016).

No entanto, essa mudança não é algo novo e tem suas raízes no início do século. O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) de 2000, realizado em Pequim, marcou um momento crucial na agenda de política externa chinesa, com relevância significativa para as nações africanas. Nessa ocasião, a China não apenas se comprometeu a oferecer ajuda simples, mas também a criar um amplo conjunto de oportunidades que abrange acordos comerciais ambiciosos, empréstimos com taxas atrativas para projetos de infraestrutura, investimento direto, assistência técnica e até mesmo capacitação de trabalhadores (Hackenesch, 2011).

Durante a reunião do FOCAC em 2009, realizada na cidade de Sharm el Sheik, Egito, foram apresentados novos projetos com o objetivo de ampliar a abrangência política da cooperação e incorporar questões climáticas, científicas e tecnológicas à agenda. O investimento chinês se diferencia significativamente dos

doadores tradicionais europeus, pois a China fundamenta sua abordagem de cooperação na noção de ser uma alternativa às potências tradicionais do Norte Global – em outras palavras oferece uma saída da dependência dos antigos impérios coloniais (Hackenesch, 2011).

A China está buscando se posicionar como a “potência em crescimento líder”, que pode se relacionar de maneira compreensiva com esses países devido ao seu contexto histórico de colonização (Vadell, 2021). Isso a transforma em uma alternativa justa e viável para a cooperação fora do tradicional eixo Norte-Sul, o que ficou ainda mais evidente com a notícia da expansão do BRICS no ano de 2023 e também das obras da chamada Nova Rota da Seda (Pautasso, Ungaretti, 2017; Rodrigues, 2020).

De todas formas, dentro dos princípios de sua política externa, o governo chinês reafirmava seu compromisso com as normas westphalianas de soberania e não interferência nos assuntos internos na conferência Sino-Africana de Cooperação Internacional ocorrida na primeira década do século 21, momento de maior acercamento entre China e Etiópia. (King, 2007). O objetivo da cooperação sino-africana não é impor reformas econômicas ou políticas aos países africanos, mas sim negociar projetos abrangentes no campo da infraestrutura e dos recursos de produção por meio de acordos entre empresas estatais chinesas e governos nacionais. Portanto, essas relações podem ser consideradas como uma forma de “cooperação win-win” (Zhao, 2004).

China na Etiópia

A Etiópia é o único país do continente Africano que não sofreu por um processo de colonização, exceto pela breve ocupação italiana

durante a Segunda Guerra Mundial, finalizada quando o imperador Haile Selassie regressa ao país. Atualmente, sua economia está ancorada na agricultura, sendo a exportação de café uma importante fonte de receita. No entanto, a produção agrícola é frequentemente prejudicada por secas recorrentes. Diante desse cenário, o governo etíope tem direcionado recursos para áreas cruciais como segurança alimentar, educação, saúde, acesso à água potável e combate ao HIV. Além disso, o país tem implementado projetos ambiciosos de desenvolvimento urbano, por meio de grandes empreendimentos de infraestrutura. Esses projetos requerem consideráveis recursos financeiros externos, incluindo empréstimos, e conhecimento técnico especializado. (Thakur, 2009).

O FOCAC em 2000 marcou um momento de grande importância para a obtenção desses recursos, uma vez que iniciou um diálogo efetivo entre a África e a China, o qual resultou na formulação de planos de ação destinados a alcançar medidas internas de desenvolvimento. Já no seu lançamento em 2000, a Etiópia se destacava como o único país a ser beneficiado por todas as pautas de cooperação chinesa. Entre essas medidas, merece destaque a implementação de tarifas zero para produtos etíopes, o cancelamento de dívidas e o início de grandes projetos de infraestrutura, visando fortalecer as propostas do governo etíope da época. (Thakur, 2009).

Os acordos voltados para a infraestrutura abriram caminho para o ingresso de diversas empresas chinesas em setores como transporte, tecnologia, energia e construção civil, tais como a China Import Export Corporation para conjuntos de equipamentos, a Highway Bridge Engineering China Corporation, a China Water Conservancy & Hydropower Engineering Cor-

poration, a China Aviation Technology Co., a China Wanbao Engineering Co., a China Construction Corporation, a Zhongyuan Petroleum Prospecting, a Jiangxi International Co. e a Dalian Jinzhou Textile Group (Thakur, 2009).

Cumprе ressaltar que o governo etíope reconhece a necessidade de preservar sua soberania e interdependência, ao mesmo tempo em que enaltece o papel da China ao compartilhar suas experiências de desenvolvimento e oferecer suporte técnico. A administração etíope está plenamente consciente da natureza economicamente orientada da assistência chinesa ao país, e expressa claramente seu interesse em manter as relações sino-etíopes próximas, com o intuito de garantir uma continuidade constante e relevante nos fluxos de auxílio destinados aos projetos planejados nos próximos anos (Thakur, 2009).

Em contrapartida a esses benefícios econômicos, o governo etíope demonstrou seu apoio incondicional à China em diversos fóruns internacionais, especialmente durante seu período como membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU até 2007. Nessa função, o governo etíope defendeu consistentemente as posições da China em relação ao Tibete e Taiwan, recusando-se a condenar o país por supostas violações de acordos referentes aos Direitos Humanos (Thakur, 2009).

Venkataraman e Gofie (2015) sustentam que a afinidade ideológica entre os governos dos dois países e o próprio ritmo de desenvolvimento chinês foram os principais catalisadores por trás de seus projetos cooperativos, que estão se mostrando cada vez mais promissores. No âmbito político, as ideologias de coexistência pacífica refletidas nos cinco princípios de política externa da China desempenham um papel de extrema importância na consolidação

dessas relações. Esses princípios afastam a conotação imperialista e intervencionista associada ao Ocidente em relação à África, propondo, em vez disso, uma cooperação que se pretende horizontal, fundamentada em uma base de confiança mútua entre os dois países (Venkataraman; Gofie, 2015). Esses princípios são:

Panchsheel, ou os Cinco Princípios da coexistência pacífica, foram pela primeira vez formalmente enunciados no Acordo sobre Comércio e Relações entre a região do Tibet na China e da Índia, assinado em 29 de Abril de 1954, que afirmou, em seu preâmbulo, que os dois governos ‘decidiram entrar no acordo presente baseados nos princípios:

I – respeito mútuo pela integridade territorial e soberania;

II – Não-agressão mútua;

III – Não interferência mútua;

IV – Igualdade e benefício mútuos e

V – Co-existência pacífica. (India, 2014, p.2)

A principal diretriz da política externa chinesa em relação à África é o “respeito pelos países africanos”, e a não intervenção em suas estruturas políticas parece ser rigorosamente observada. O benefício econômico mútuo é uma tônica central nos projetos de cooperação e encontra-se explícito na política externa chinesa, que é fundamentada na ideologia de crescimento a qualquer custo, tanto em seu próprio território quanto no continente africano (Venkataraman; Gofie, 2015).

As relações sino-etíopes enfrentam diversos desafios em seus próximos passos, embora a cada momento surjam oportunidades promissoras para ambos os países. De acordo com Geda e Meskel (2010), os principais desafios incluem a) empresas etíopes especializadas em exportação de manufaturas competindo com ou-

tros mercados e b) produtos manufaturados por produtores locais sendo excluídos do mercado.

Nos últimos anos, surgiram críticas relevantes que lançaram dúvidas sobre a natureza das relações sino-etíopes. Alguns jornais retrataram a Etiópia como um novo fronte na busca chinesa por mão-de-obra barata para produtos manufaturados mais simples (Ethiopia Becomes... 2015), enquanto outros criticaram o uso de trabalhadores chineses em projetos de infraestrutura e tecnologia no país. Empresas de engenharia civil, responsáveis por grandes projetos de infraestrutura e energia, não contrataram trabalhadores locais, o que poderia ter sido benéfico para a economia etíope, e os alocaram em posições de produção de níveis mais baixos (Geda; Meskel, 2010).

Portanto, é de suma importância analisar os principais projetos de cooperação chinesa com a Etiópia para compreender os impactos na economia local, especialmente no que diz respeito ao emprego e ao desenvolvimento do comércio etíope. Os autores também apontam quatro áreas de influência chinesa no país: “I) fluxos de comércio; II) fluxo de Investimento Externo Direto, transferência de tecnologia e integração na cadeia global de valor; III) fluxos de ajuda; e IV) questões de governança” (Geda; Meskel, 2010, p.4). Outros pontos importantes são mencionados como fatores intervenientes nas relações sino-etíopes, incluindo impactos ambientais, fluxos financeiros e a participação em instituições de governança internacional - ou regional (Geda; Meskel, 2010).

Este artigo visa analisar os investimentos em infraestrutura na cidade de Adis Abeba como um reflexo das positivas relações sino-etíopes nas áreas de engenharia, construção civil e energia, contribuindo para a construção simbólica de uma vanguarda etíope dentro do bloco africano. A cidade está emergindo como um

novo polo de tecnologia, centro de transporte e já abriga a sede da União Africana, resultante da cooperação sino-etíope. No entanto, para conduzir essa discussão, é necessário compreender por que a cidade se tornou um dos destinos mais importantes para os investimentos capitalistas no século XXI (Degefa, Cheru, 2021; Cheru, Shaw, 2018; Schiere et al, 2011).

Investimentos Certeiros: reflexões sobre a produção do espaço nas cidades

O geógrafo inglês David Harvey (1989) analisa em sua obra² sobre o Direito à Cidade como a globalização molda o espaço urbano. Inspirado por Marx & Engels (2003), Harvey descreve as mudanças na produção do espaço nas cidades, observando o surgimento de investimentos imobiliários, torres de negócios e espaços gentrificados para a elite (Harvey, 1989). O capital transnacional “pousa” em territórios de alta rentabilidade durante crises de superacumulação, gerando um processo de “compound growth”. O capital fictício envolve a propriedade no sistema financeiro, transformando-a em uma forma de “religião”, monopolizando o espaço. A constante renovação do espaço, resultante da busca pelo lucro, gera uma destruição inovadora e reconfiguração constante (Harvey, 2013).

No capitalismo contemporâneo, as crises são resolvidas através do espaço. A apropriação de territórios é vital. Quando há escassez

2 O trabalho de Harvey é uma releitura importante sobre as funções da terra e da renda na acumulação capitalista para compreender como os investimentos financeiros são cristalizados na cidade e alteram, talvez por séculos, toda a paisagem urbana e espaço de vivência dos cidadãos para objetivos mercantilistas (Harvey, 2013). A discussão central em seu trabalho é como o local deixa de ser o espaço de reprodução básica da vida para ser uma forma de produção de capital, alterando drasticamente a vida dos cidadãos pelo uso do espaço na acumulação de capital (Harvey, 1989).

de mão-de-obra, a produção se expande para outros locais, ultrapassando fronteiras. A inserção em novos lugares busca elasticidade e mão-de-obra, modificando espaços e sociabilidades para se tornarem palcos de marketing e hibridismo cultural, facilitando a venda da cultura capitalista contemporânea (Harvey, 2013).

A Cidade Global é um paradigma moldado pelo processo de fixação do capital em um território específico. Short (2005) ilustra como a Globalização influencia o desenvolvimento urbano, levando cidades a construir aeroportos internacionais, centros de negócios e mercados de luxo, além de sediar eventos internacionais, trazendo portanto o debate da produção do espaço nas cidades para as Relações Internacionais³ (Short, 2005).

Apesar da globalização ser virtual em sua essência e das mudanças sistêmicas parecerem distantes da realidade das pessoas nas cidades, a coordenação e operação do sistema que mantém esse sistema global ativo são realizadas em territórios físicos. Em outras palavras, mesmo que a produção global e a descentralização da comunicação e mobilidade não recusem a centralidade do poder, elas se manifestam nas cidades globais, que se reestruturam como agentes desse sistema econômico (Sassen, 2010).

Embora Londres, Nova Iorque, Tóquio ou Singapura sejam algumas das primeiras urbes que vêm à mente quando pensamos no sistema financeiro contemporâneo, novas cidades estão emergindo no cenário internacional como atores estratégicos capazes de impactar suas re-

giões e redes globais. Um exemplo notável é a cidade de Adis Abeba, na Etiópia, que chegou a ser apelidada de “Dubai africana” por revistas de economia durante as principais obras de investimento em infraestrutura e tecnologia em meados dos anos 2010 (Addis Ababa The Dubai..., 2015).

Figura 1: Mapa do Chifre da África com localização de Adis Abeba



Fonte: Mapa da Etiópia dentro do Chifre da África, indicando a cidade de Adis Abeba. Google Maps, 2021.

Adis Abeba: desenvolvimento de uma Cidade Global na África Oriental

No ano de 2014, a consultora financeira ATKearney, que analisa as principais cidades globais e elabora um ranking das próximas cidades globais do futuro, classificou Adis Abeba como a terceira cidade mais proeminente para avanço em seu posicionamento global. O relatório, que abordava as cidades com potencial de ascensão internacional, observou que, embora a inovação em números absolutos não fosse elevada, a performance individual da cidade entre os anos de 2008 e 2013 foi notável, impulsionada pelas elevadas taxas de crescimento

3 Outros autores focam nas relações neoimperiais no sistema internacional, seguindo a abordagem de Wallerstein (1976) sobre centro e periferia. Apesar da descentralização do poder nas Cidades Globais (Gottdiener; Hohle; King, 2019), as funções globais ainda se concentram principalmente nas cidades do Norte Global, onde ocorrem a maioria das operações financeiras, sedes de empresas e centros de pesquisa de tecnologia e inovação (Gottdiener, Hutchison, 2011).

do país nesse período. O relatório também destacou os progressos na promoção da igualdade, da saúde e da transparência nos negócios (At Kearney, 2014).

O que caracteriza uma cidade global é o fato de seu centro de poder financeiro fazer parte do território local, além de ser uma peça-chave do mercado eletrônico e virtual em escala global. Empresas transnacionais estabelecem redes de filiais com atividades paralelas ou conjuntas, porém situadas fisicamente em várias localidades. A inauguração da sede de um Organismo Internacional em uma cidade, a escolha de uma cidade específica para abrigar a sede e o principal centro de atividades de uma empresa, bem como a decisão de uma universidade ou centro de tecnologia de criar seu principal laboratório de tecnologia da informação em determinada cidade, são fatores que definem essa condição de cidade global (Sassen, 2010; Kloosterboer, 2019).

Adis Abeba parece se adequar perfeitamente a esses critérios após se estabelecer como um dos principais centros de poder no contexto africano, ao abrigar a sede da União Africana, construída com recursos e envolvimento de empresas chinesas a um custo de 200 milhões de dólares no início de 2012. Esse edifício monumental é agora um marco na skyline da cidade e foi considerado um “presente” chinês para a comunidade africana. Atualmente, a cidade é palco das principais reuniões políticas envolvendo a integração regional na África e emerge como um dos centros mais relevantes de política internacional no mundo (African Union Opens..., 2012; Kloosterboer, 2019).

No que se refere aos sistemas de transporte, Adis Abeba hoje opera como um hub de conexões para diversos voos internacionais com destinos à África e ao Oriente Médio. O

Aeroporto Internacional de Bole desempenha um papel fundamental nesse contexto e está passando por expansões significativas para a construção de novos terminais. O projeto, financiado por investimentos chineses, visa aumentar a capacidade do aeroporto, proporcionando uma infraestrutura mais abrangente para acomodar o fluxo crescente de passageiros (Ethiopia Sets... 2015).

A cidade também sedia um extenso complexo industrial e ostenta a distinção de ter inaugurado a primeira linha de metrô na África Subsaariana em setembro de 2015. Esse marco assume um significado simbólico considerável, refletindo a aspiração da região em se estabelecer como um polo tecnológico no continente. A rede de metrô, que cobre uma extensão de 17 quilômetros, interliga as zonas industriais ao centro urbano (Sub-Saharan...2015). Essa iniciativa foi financiada pelo Banco Exim e construída pelo China Railway Group, uma empresa estatal chinesa de transporte ferroviário (Want A New... 2015).

As linhas do metrô percorrem túneis, atravessam a região industrial ao sul da cidade e conectam-se com os distritos de Merkato e o centro histórico. Outra linha, com trajeto a oeste, passa pela sede da União Africana, cruza o governo distrital e alcança áreas residenciais modernas. A capacidade prevista do metrô é transportar 60 mil passageiros por hora, contando com duas linhas divididas em 39 estações na área metropolitana, construídas com o apoio da China Electric Power Equipment Technology, outra empresa estatal chinesa. O governo etíope ressalta a importância crítica dessa infraestrutura para sustentar um crescimento econômico continuado, que mantém uma taxa de mais de 10% ao ano (ALADE; EDELENBOS; GIANOLI, 2019).

Paralelamente a esse projeto, foi planejada a construção de uma ferrovia que conecta Adis Abeba ao Djibuti. Além disso, estão em andamento a construção de uma usina hidrelétrica, a criação de túneis diversos e a realização de obras para nivelamento de terrenos, visando facilitar futuras estruturas de transporte. A administração das ferrovias no país ficará sob a responsabilidade do Shenzhen Metro Group e da China Railway Engineering Corporation, ambas empresas estatais chinesas, pelo período de cinco anos (Alade; Edelenbos; Gianoli, 2019); Modernizing... 2015).

Todas essas operações foram viabilizadas por meio de empréstimos do Banco da China, que ofereceu um período de carência de três anos e uma taxa de juros de 2,6% baseada na Libor de seis meses. A empresa beneficiária e responsável pela construção foi a China Railway Engineering Corporation, e o projeto deveria ser concluído em um prazo inferior a dois anos. O empréstimo está atrelado à dívida pública da Etiópia, que atualmente equivale a cerca de 60% de seu PIB, e será pago por meio dos lucros gerados pelos projetos ferroviários (Modernizing... 2015).

Estes são exemplos concretos que ilustram como atividades com localização e endereço físicos facilmente identificáveis podem exercer um impacto direto sobre as comunicações, o mercado global, o desenvolvimento de novas tecnologias e, consequentemente, contribuir para a configuração de estruturas que descentralizam o poder global. Isso, por sua vez, facilita a consolidação da economia neoliberal e promove a interdependência entre as nações. Nesse contexto, Adis Abeba emerge como o epicentro de tais dinâmicas, assumindo não apenas o papel de um local de expressão da globalização, mas

também de um ator proeminente no panorama internacional.

À medida que as operações financeiras, burocráticas e políticas internacionais se organizam em um espaço abstrato e virtual, e à medida que seus processos se tornam cada vez mais informatizados, cresce a estratégia de descentralização física e a complexidade da administração tanto por parte das fontes centrais de poder quanto pelos centros regionais, territoriais e estratégicos, bem como pelos serviços especializados fundamentais para o funcionamento do sistema. Tais serviços de infraestrutura de comunicação e mobilidade, tecnologia da informação, pesquisa e manutenção, são concentrados em cidades específicas do globo, a fim de assegurar o funcionamento contínuo do sistema financeiro e político contemporâneo (Sassen, 1991).

Adis Abeba não destoa desse paradigma e, graças aos investimentos chineses, está transcendendo suas profundas disparidades sociais e carências de recursos, metamorfoseando-se em um centro de excelência em termos de tecnologia de ponta, infraestrutura urbana e instituições políticas no contexto do Chifre da África. A trajetória pioneira da cidade ressalta como as novas relações Sul-Sul e os investimentos diretos estrangeiros chineses estão, aparentemente, contribuindo positivamente para o cenário das cidades globais. Esse processo também engendra a inclusão de uma nova representante do Sul global na lista de destaque de 2014, conforme indicado pelo relatório da At Kearney (2014). Isso reflete a mudança gradual nas estruturas das relações antes dominadas por dinâmicas Norte-Sul, ou Centro-Periferia, ao lado do processo de descentralização de poder e ancoragem de capital flutuante em investimentos urbanos.

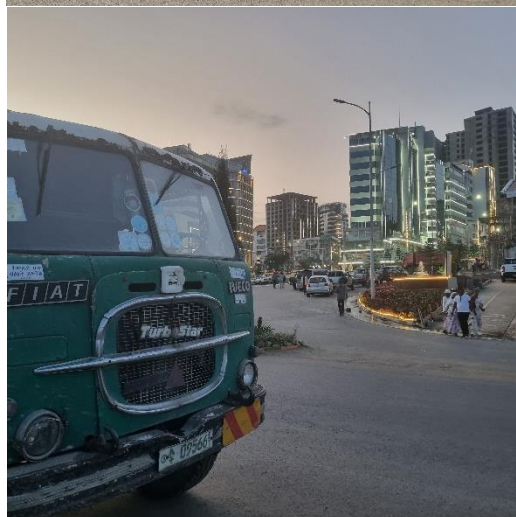
Reflexões Finais

O crescimento da aquisição de commodities africanas por parte da China e a implementação de projetos de cooperação internacional e desenvolvimento, nos quais empresas estatais chinesas estão envolvidas em empreendimentos ambiciosos no continente africano, têm suscitado indagações consideráveis sobre a natureza das relações sino-africanas no século XXI. Ainda que alguns estudiosos sustentem que essas dinâmicas representam uma forma contemporânea de imperialismo, a política externa chinesa aparentemente não almeja redesenhar as estruturas políticas e econômicas do continente africano da mesma maneira que as antigas potências coloniais o fizeram por meio de suas políticas intervencionistas, mesmo após as descolonizações. A China colhe benefícios dos investimentos e dos substanciais empréstimos que concede aos governos locais, enquanto, por sua vez, esses governos desfrutam de um período altamente promissor de desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura, estimulados pelo próprio crescimento chinês. Nesse sentido, é possível perceber que, enquanto a China se beneficia das commodities e dos projetos implementados na África, este último também obtém sua parcela nos expressivos índices de expansão econômica chinesa.

Contudo, é crucial monitorar cuidadosamente o destino dos lucros oriundos desses investimentos, bem como o modo pelo qual as populações dos países beneficiados estão efetivamente tirando proveito dessas relações. A isso soma-se a consideração dos impactos da pandemia de COVID-19, que empurrou uma considerável parte da força de trabalho para a informalidade, especialmente em nações de baixa renda, afetando sobremaneira o processo

de desenvolvimento (OIT, 2021).

Na Etiópia, os índices de emigração estão em constante ascensão, o que levou o governo a implementar medidas para conter os abusos enfrentados pela população emigrante no exterior, particularmente focadas na salvaguarda das mulheres que trabalham no setor doméstico no exterior. Nos últimos anos, o governo etíope estabeleceu acordos internacionais substanciais de migração laboral bilateral em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho, bem como realizou investimentos significativos na capacitação de sua equipe diplomática e de inspeção do trabalho. Isso visa gerir essa situação de maneira eficaz e manter a trajetória de crescimento do país. (Centro Internacional de Formação da OIT, 2018; OIT, 2019).



Trabalho informal e novos edifícios no bairro de Piassa (2024)

Figura 2: Treinamento para diplomatas, inspetores do trabalho e membros do Ministério do Trabalho da Etiópia no Centro Internacional de Formação da OIT (2018).



Fonte: arquivo do autor (2018)

A fragilidade das instituições financeiras e democráticas em países africanos apresenta um considerável obstáculo para o desenvolvimento econômico. Os recentes conflitos entre o governo etíope e a Frente de Libertação do Povo Tigray (TPLF), que exercia controle sobre a região de Tigray, têm resultado em uma significativa crise humanitária. Essa crise inclui uma onda de emigração para países vizinhos e para áreas urbanas, comprometendo também os investimentos estrangeiros no país (Cardoso, 2020; Human Rights Watch, 2022).

Adicionalmente, há a perspectiva de um fluxo de refugiados e migrantes extremamente vulneráveis vindos das regiões rurais em direção à capital. Diante dessa situação, torna-se urgente a formulação de políticas abrangentes

de inclusão social e urbanização com o intuito de atenuar as disparidades existentes (Degefa, Cheru, 2021; Cheru, Shaw, 2018; Schiere et al, 2011).

Para além dos conflitos, a ausência de organizações efetivas capazes de coordenar e assegurar uma distribuição justa e equitativa dos lucros e vantagens advindos das relações sino-africanas é uma preocupação relevante. Torna-se, portanto, imprescindível a realização de um monitoramento rigoroso dos investimentos e projetos firmados entre os governos e as empresas estatais chinesas. Esse monitoramento visa a uma compreensão aprofundada das novas dinâmicas dos atores envolvidos na cooperação internacional no Sul Global, considerando o papel preponderante que essa

cooperação desempenha como um motor central do desenvolvimento acelerado nos últimos anos (Gebregziabher, 2019).

A transformação observada em Adis Abeba ao longo dos últimos anos constitui um exemplo paradigmático da colaboração sino-africana para o desenvolvimento. Através da concretização tangível dos resultados oriundos dos investimentos focalizados em um espaço geográfico específico, a cidade emergiu como um modelo concreto. Ademais, essa transformação assume um profundo significado ideológico, uma vez que Adis Abeba é reconhecida como um polo de relevância política, financeira e tecnológica no futuro. Como um “presente” chinês destinado ao desenvolvimento do continente africano, essa empreitada reafirma a natureza mutuamente benéfica da cooperação. O desafio que agora se coloca consiste na formulação e implementação de estratégias de governança, inclusão social para a redução das disparidades, resolução dos conflitos e enfrentamento dos impactos da pandemia de COVID-19 na região do Chifre da África, bem como na plena promoção do progresso da capital etíope.



Fonte: Foto do metrô durante visita de campo (2024)

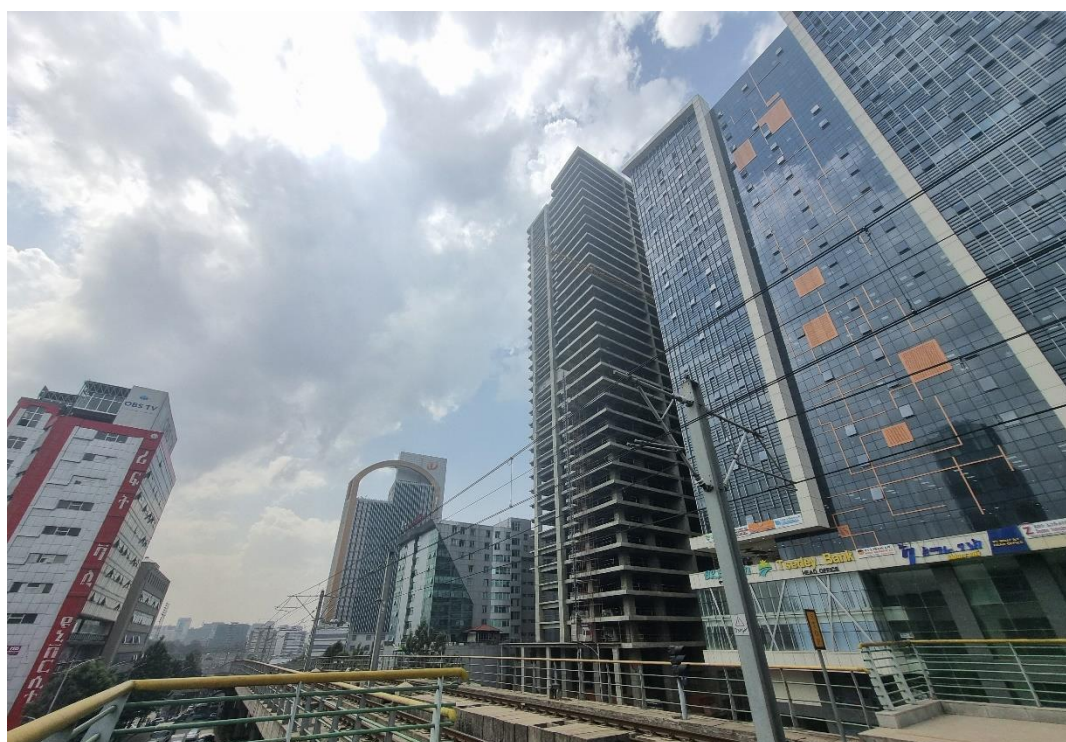


Foto da plataforma do metrô (2024)

- KING, Kenneth. The Beijing China-Africa Summit of 2006. **China Report**, v. 43, n. 3, p. 337-347, jul. 2007.
- KLOOSTERBOER, Marjan Hilde. "The "New" Addis Ababa: Shantytown or Global City? An Assessment of Large-Scale Inner-City Renewal, Redevelopment and Displacement for the Construction of a "New" Addis Ababa." Theses.gla.ac.uk, 2019, theses.gla.ac.uk/74327/. Acesso em 31 de agosto de 2023.
- LI, R. "China Development Report on South-South Cooperation" ecdd.net, 2013. <http://www.ecdd.net.cn/doc/sscreport.pdf>. Acesso 15. oct. 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Capital : a critique of political economy**. London: Lawrence & Wishart, 2003.
- PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. "A Nova Rota Da Seda E a Recriação Do Sistema Sinocêntrico." Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais Da PUC Minas, vol. 4, no. 3, 23 Apr. 2017, pp. 25-44, <https://doi.org/10.5752/p.2317-773x.2016v4n3p25>.
- Rodrigues, Bernardo Salgado. "O Pousa Do Dragão Na América Do Sul." Cadernos PROLAM/USP, vol. 19, no. 37, 22 Oct. 2020, pp. 78-105, <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.166148>. Accessed 8 May 2022.
- SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SASSEN, Saskia. **Cities in a World Economy**. Thousand Oaks, Pine Forge, 1994.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SHARMA, P. Evolving Nature of China's South-South Cooperation. Global Issues, 2016.
- SCHIERE, Richard, et al. China and Africa: An Emerging Partnership for Development? 2011.
- SHORT, John Rennie Short. **Global Metropolitan: Globalizing Cities in a Capitalist World (Questioning Cities)**. London: Routledge, 2005.
- OIT. Training manual on the ILO Guidelines for skills modules in bilateral labour migration agreements (BLMAs). Geneva: Organização Internacional do Trabalho, 2019.
- OIT. Tool for the Assessment of Bilateral Labour Migration Agreements Pilot-tested in the African region. Geneva: Organização Internacional do Trabalho, 2021.
- OUT LAW. **Ethiopia sets sights on building new airport, beyond Addis Ababa expansion project**. Publicado em 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: < www.out-law.com/en/articles/2015/february/ethiopia-sets-sights-on-building-new-airport-beyond-addis-ababa-expansion-project/ > Acesso em 2 de outubro de 2021.
- THAKUR, Monika. **Building on Progress? Chinese Engagement in Ethiopia**. In: China in Africa Project at South African Institute of International Relations, v.1, n.38, 2009.
- THE ECONOMIST. **Sub-Saharan Africa gets its first metro**. Publicado em 22 de setembro de 2015. Disponível em < www.economist.com/news/21665199-addis-ababa-has-opened-first-part-new-light-rail-system-sub-saharan-africa-gets-its-first-metro > Acesso em 30 de setembro de 2021.
- THE GUARDIAN. **Want a new tram? Ask the Chinese**. Publicado em 22 de setembro de 2015. Disponível em < www.theguardian.com/public-leaders-network/2015/sep/22/new-tram-chinese-addis-ababa-ethiopia-uk-councils > Acesso em 19 de outubro de 2021.
- VADELL, Javier. A Expansão Econômica E Geopolítica Da China No Século XXI. Sociedade Mineira de Cultura – Editora PUC Minas, 18 May 2021.
- VADELL, J., RAMOS, L. y NEVES, P. "The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power". In: Revista Brasileira de Política Internacional, V. 57 (special issue), p. 91-107, 2014.
- VENKATARAMAN, Manickam; GOFIE, Solomon. **The dynamics of China-Ethiopia trade relations: economic capacity, balance of trade & trade regimes**. In: Bandung: Journal of the Global South, v.2, n. 8, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **A World-System Perspective on the Social Sciences**. The British Journal of Sociology n. 27, p. 343-352, 1976.
- ZHAO, S. **Beijing's Perceptions of the International System and Foreign Policy**. Adjustment after the Tiananmen Incident, in: S. Zhao (ed.), Chinese Foreign Policy. Pragmatism and Strategic Behaviour, New York, London: M.E.Sharpe, pp. 140-150, 2004.
- ZHANG, Q. China's relations with developing countries: patterns, principles, characteristics, and future challenges. In FREEMAN, C. Handbook of Research on Contemporary China. London: Edward Elgar, 2016, p. 51-70.



Review: The architects of international relations: building a discipline, designing the world, 1914–1940/ Jan Stöckmann (2022)

Reseña: Los arquitectos de las relaciones internacionales: construyendo una disciplina, diseñando el mundo, 1914-1940/ Jan Stöckmann (2022)

Resenha: Os arquitetos das relações internacionais: construindo uma disciplina, projetando o mundo, 1914–1940/ Jan Stöckmann (2022)

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2023v20n1p51-53

Recebido em: 02 de fevereiro de 2024
Aceito em: 18 de março de 2024

Horácio de Sousa Ramalho¹

O livro “The architects of international relations: building a discipline, designing the world, 1914–1940”, de Jan Stöckmann, foi publicado em 2022 e traz uma nova visão sobre o início das Relações Internacionais (RI’s) enquanto um campo de conhecimento. O autor, professor de História Moderna na Helmut-Schmidt Universität, de Hamburgo – um dos primeiros centros de estudo das RI – faz uso de extensa documentação pessoal, institucional e arquivos oficiais para reconstruir os esforços de determinados homens e, não por um acaso de negligenciadas mulheres, que participaram ativamente do início da disciplina. Os escritos dessas mulheres

cobriam vários tópicos, bem como suas propostas, mas desde a sua não participação na Conferência de Paris, seus atos sempre foram ofuscados pelo preconceito, seja na participação dos eventos da disciplina ou lecionando em instituições.

Mas isso não impediu a organização e realização de aulas e conferências, publicação de livros e panfletos. Possuíam o intuito de educar tomadores de decisão e a população em geral e criar um controle democrático sobre a política externa dos países, sob os auspícios de uma nova organização internacional, a Liga das Nações e foram apoiados por instituições como o Carnegie Endowment for

¹ Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Bacharel em Relações Internacionais (UFPB). Email: horaciosramalhon@hotmail.com

International Peace e a Rockefeller Foundation e indivíduos, como Montague Burton e David Davies².

A Segunda Guerra Mundial é fundamental para o entendimento do começo da disciplina, pois muitos são rotulados de “idealistas” justamente por não terem sido capazes de entender ou prever como os acontecimentos daquele período entre guerras resultariam em um novo confronto mundial. Com os documentos pessoais desses acadêmicos, como cartas e diários, o autor mostra não pessoas ingênuas e com valores desconectados da realidade da *power politics*, mas suas aspirações estavam em entender das causas da guerra e como seria possível limitar as ações erráticas de líderes que, de acordo com eles, havia causado a então chamada Grande Guerra. A diplomacia secreta, o militarismo e as alianças precisavam ser combatidas com a transparência política, a educação e uma ordem internacional fundada em instituições e sob a ideia de segurança coletiva.

O livro é dividido em oito capítulos, com a introdução e conclusão não numerados. Na introdução, conhecemos Fannie Fern Andrews, que em 1915 fez parte da Central Organisation for a Durable Peace (CODP), uma organização que almejava encontrar respostas para a guerra iniciada em 1914. Tal fato demonstra as primeiras mobilizações, antes mesmo de 1919, data delimitada como o princípio do campo das RI. No capítulo 1 temos as origens da disciplina “na” guerra, e não após ela e como muitos dos arquitetos participaram da conferência de Paris, como consultores das delegações de

seus países, e tentaram imprimir suas marcas na nova ordem global. O capítulo 2 mostra como o estudo das RI se expandiu nos dois lados do Atlântico e, apesar das conexões entre vários personagens e instituições, era afetado pelo colonialismo, racismo e eurocentrismo da disciplina em seus primeiros momentos.

O capítulo 3 traz os empreendimentos e constrangimentos, especialmente financeiros, para criar instituições que dariam suporte para a Liga das Nações, sob a forma de cooperação intelectual em vários temas. O capítulo 4 expõe as tentativas de professores atuarem na elaboração de tratados que buscavam evitar ou limitar a possibilidade da guerra, através de seus contatos com diplomatas de vários países. O capítulo 5 traz os testes para o conceito de segurança coletiva, com vistas em incutir em vários governos uma confiança institucional na Liga das Nações para a solução de controvérsias que não pela força. Temos as propostas de um sistema de sanções, inclusive feitas por várias mulheres que trazem uma perspectiva feminista das RI desde o amanhecer da disciplina, entre elas Emily Greene Balch, Lucy Mair, Mary Sheepshanks, Rosika Schimmer, Lida Gustava Heymann e Anna B. Eckstein; além das crises do entre guerras na Manchúria e Abissínia.

O capítulo 6 fala sobre o fim dos assuntos globais, e foca nos ataques à academia, expondo como os arquitetos das RI lidaram com a ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Acadêmicos de ideais liberais e democráticos foram exilados, auxiliados por uma rede de apoio formada por seus colegas e instituições filantrópicas e outros se tornaram porta-vozes de governos autoritários e a reação dos acadêmicos, ao criarem a ideia de “mudança pacífica”, pela qual Estados poderiam ser

2 Montague Burton: empresário do ramo de vestuário e patrocinador de disciplinas de RI's nas universidades de Oxford, Edimburgo e London School of Economics; David Davies: industrialista, membro do parlamento britânico e benfeitor da Universidade de Aberystwyth.

apaziguados por compensações territoriais e a insuficiência desta medida.

Na conclusão, o autor defende que as ambições dos arquitetos das RI foram maiores que o progresso analítico, em função de como eles construíram este campo: tentando influenciar a ordem internacional, não criaram teorias, definições e métodos que pudessem auxiliar a descrição, explicação ou previsão de fenômenos internacionais. O esforço foi direcionado para *fazer*, em vez de *analisar* assuntos internacionais, cobrando um preço para estes acadêmicos: o esquecimento ou colocados sob o rótulo pejorativo de idealistas. Apesar dos enganos e equívocos, os arquitetos das RI deixaram um legado que continuou crescendo.

E a julgar pelo fato de que a guerra ainda é persistente, ou de haver questionamentos sobre a eficácia de sanções, questões presentes até hoje, foi o trabalho desses acadêmicos que fez dos assuntos internacionais temas de interesse público e de um pensamento crítico sobre as decisões de governos. Longe de considerar esse legado um insignificante, o livro de Jan Stöckmann é uma janela para um passado ainda a ser desvendado.

Referências

STÖCKMANN, Jan. **The Architects of International Relations: Building a Discipline, Designing the World, 1914-1940**. Cambridge University Press, 2022.